

**Comissão Parlamentar de Inquérito aos Programas relativos à
Aquisição de Equipamentos Militares (EH-101, P-3 Orion, C-295,
torpedos, F16, submarinos, Pandur II)**

60.^a Reunião
(17 de setembro de 2014)

SUMÁRIO

O Presidente (Telmo Correia) deu início à reunião às 11 horas e 35 minutos.

Procedeu-se à discussão e votação de diversos requerimentos.

Foi aprovada a prorrogação dos trabalhos da Comissão.

Foi analisada a questão relativa aos questionários a enviar aos ex-Primeiros-Ministros António Guterres e Durão Barroso e ao Contra-Almirante Rogério d'Oliveira.

Usaram da palavra, além do Presidente, os Deputados Filipe Lobo d'Ávila (CDS-PP), João Semedo (BE), Jorge Machado (PCP), António Prôa (PSD) e José Magalhães e Filipe Neto Brandão (PS).

O Presidente encerrou a reunião eram 14 horas e 5 minutos.

O Sr. **Presidente** (Telmo Correia): — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a reunião.

Eram 11 horas e 35 minutos.

Em primeiro lugar, da nossa ordem do dia de hoje consta a discussão e votação de requerimentos, apresentados na Comissão, que estejam pendentes.

Vamos começar pelo requerimento, apresentado pelo Partido Socialista, que diz que «os documentos obtidos pela CPI e depoimentos prestados perante todos os membros da Comissão tornam indispensável que sejam formuladas a Sua Excelência o Vice-Primeiro-Ministro, Dr. Paulo Portas, perguntas que na audição a que compareceu não puderam ser formuladas. Tal não decorreu da falta de zelo ou opção deliberada de Deputados e Deputadas de várias bancadas, mas sim de um facto objetivo. Só ulteriormente chegaram ao Parlamento documentos sobre processo de visto relativo à aquisição de dois submarinos, U-209PN e ainda mais recentemente declarações de duas testemunhas que conflituam diametralmente com a versão dos factos trazida à Comissão pelo Dr. Paulo Portas. Nesse sentido, requer-se que seja notificado Sua Excelência o Vice-Primeiro-Ministro para, perante a Comissão ou por escrito, como é sua prerrogativa, esclarecer os aspetos em causa.».

Este requerimento do Partido Socialista é conhecido dos Srs. Deputados, pois foi distribuído, foi divulgado e, inclusivamente, noticiado, tanto quanto pude ler.

Pergunto ao Partido Socialista se quer acrescentar alguma coisa desde já ou se prefere aguardar outras opiniões.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Talvez seja melhor aguardar outras opiniões.

O Sr. **Presidente**: — Então, Srs. Deputados, pergunto se este requerimento para audição do Dr. Paulo Portas é controverso ou não, se merece contestação ou não.

Tem a palavra o Sr. Deputado Filipe Lobo d'Ávila.

O Sr. **Filipe Lobo d'Ávila** (CDS-PP): — Sr. Presidente, gostaria de dar conta do seguinte: o Partido Socialista invoca como fundamento do requerimento um conjunto de factos que considera serem factos novos. Ora, não só esses factos não são novos como constavam já de um conjunto de documentos que estão no acervo documental da Comissão. Possivelmente eram do desconhecimento do Partido Socialista e, por isso, não formulou as perguntas na altura e na oportunidade que teve para formular as perguntas que entenderia por bem.

O Dr. Paulo Portas esteve na Comissão longas horas a responder a todas as perguntas de todos os partidos políticos e não há qualquer facto novo que justifique este novo pedido de inquirição.

Sobretudo, em relação ao tal mistério do Guincho que foi ontem referido e que, inclusivamente, é mencionado fazendo-se alusão ao depoimento do Sr. Mühlenbeck, sabemos hoje — e sabemos até pelo depoimento do próprio — que a reunião ocorrida teve a ver com a garantia exigida, da qual ainda ontem o Dr. Bernardo Ayala também aqui nos deu conhecimento, sendo que foi referenciado pelo próprio Sr. Mühlenbeck, em audição nesta Comissão, que não tinha sido do seu agrado e até disse (salvo

erro, a expressão que usou foi esta) que tinham saído muito chateados dessa conversa.

Sr. Presidente, não tenho muito mais a acrescentar a não ser dizer que o pedido não tem qualquer fundamento. O Partido Socialista teve a oportunidade de fazer o trabalho de casa ao longo destes três ou quatro meses de funcionamento da Comissão Parlamentar de Inquérito. Não o fez. Teve oportunidade de fazer as perguntas que bem entendia. Portanto, repito, o pedido não faz qualquer sentido, não tem fundamento e, desse ponto de vista, não tenho mais nada a acrescentar.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Semedo.

O Sr. **João Semedo** (BE): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, bom dia.

É vulgar, nas comissões de inquérito, ser necessário ouvir uma segunda vez alguns depoentes em virtude da informação que as comissões de inquérito vão acumulando, o que suscita novos problemas e novas questões. Portanto, a proposta do Partido Socialista é banal do ponto de vista das comissões de inquérito e, do meu ponto de vista, justifica-se. Isto porque há hoje um conjunto de informações sobre as quais seria útil ter uma segunda oportunidade para questionar o ex-Ministro da Defesa, Dr. Paulo Portas.

Desse ponto de vista, votarei favoravelmente o requerimento do Partido Socialista, que me parece oportuno e necessário.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Machado.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Sr. Presidente e Srs. Deputados, muito bom dia.

Gostaria de dar nota do seguinte: acompanhamos o requerimento apresentado. Evidentemente, a primeira vaga de audições foi aprovada quase de forma consensual. De facto, era uma primeira fase de audições necessárias e todos, nessa altura, dissemos que estaríamos disponíveis para novas audições em função daquilo que viesse a acontecer na Comissão.

Ora, isso não aconteceu por parte desta maioria PSD/CDS-PP, que continua a bloquear os pedidos de audições sugeridas pelos grupos parlamentares. Nós temos uma postura diferente, entendemos que não se deve poupar nada nem ninguém. Nessa medida, sendo solicitado por um grupo parlamentar a audição do Sr. Ministro Paulo Portas, acompanhamos o pedido e até achamos que é pertinente, dadas as informações que entretanto recolhemos.

Nesse sentido, votaremos a favor, não deixando de manifestar aqui, mais uma vez, a força de bloqueio que constitui a maioria PSD/CDS-PP à realização de audiências. Na verdade, na semana passada chumbaram um conjunto vasto de audições que, na opinião do Grupo Parlamentar do PCP, eram necessárias e hoje mantêm exatamente a mesma postura.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado António Proa.

O Sr. **António Prôa** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, o Grupo Parlamentar do PSD considera desnecessária a vinda à Comissão, novamente, do Sr. Vice-Primeiro-Ministro, Dr. Paulo Portas, então Ministro da Defesa.

De facto, tivemos já ocasião, por proposta que, julgo, foi consensual no caso concreto desta audição, de ouvir longamente o Dr. Paulo Portas,

tivemos ocasião de colocar as todas questões que os grupos parlamentares entenderam pertinentes e não conseguimos vislumbrar, a não ser por uma tentativa de arrastar este processo, nenhum outro argumento suficientemente válido para justificar uma nova audição. Aliás, ao longo destas audições — contabilizei 58 personalidades ouvidas, sem contar com as audições por escrito do Dr. Durão Barroso e do Eng.º António Guterres —, tivemos ocasião de ouvir detalhes que poderiam servir como pretexto para repetirmos várias audições. Mas são detalhes que, no nosso entender, não justificam a repetição de audições, porquanto não viabilizaremos esta proposta de audição.

Ainda assim, Sr. Presidente, vale a pena sublinhar que foram propostas, pelo Bloco de Esquerda, 35 audições, pelo PCP, 13 audições, pelo CDS, 15 audições, pelo PS, 16 audições e, pelo PSD, 15 audições, que foram aprovadas. Todas estas audições foram viabilizadas e, portanto, dizer que existe qualquer intenção de bloquear audições nesta Comissão é manifestamente desajustado e não tem adesão à realidade, porquanto aprovámos aqui um conjunto larguíssimo de audições, inclusive, a totalidade das audições a responsáveis políticos.

Portanto, Sr. Presidente, estamos muito confortáveis relativamente à atitude de abertura e de colaboração na procura da verdade que esta maioria teve nesta Comissão, pelo que estamos, também, confortáveis perante qualquer tentativa de nos acusarem, agora, de fazermos bloqueio, depois de termos ouvido todos, e de todos terem perguntado o que quiseram a quem esteve presente nesta Comissão.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado José Magalhães.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Sr. Presidente, eu gostava de apelar a uma reconsideração por parte da maioria, porque os argumentos que acabou de expender não fazem qualquer sentido.

Primeiro, disseram que a ideia é arrastar. Ó Srs. Deputados, não precisamos de arrastar nada, o PSD e o CDS-PP já propuseram o arrastamento dos trabalhos até dia 7 de outubro, que deve deslizar para dia 8, presumo eu, devido às jornadas parlamentares do PCP, como é cortesia tradicional e banal. Portanto, arrastar o quê?! Já está arrastado! Não precisamos de arrastar, já está completamente arrastado e, aliás, por boas razões, porque, além do mais, é necessário fazer diligências, esperar por documentos, ouvir os ex-Primeiros-Ministros, etc.

Assim, esse objetivo não existe e se existia está conseguido através dos senhores, portanto, muito obrigado.

Em relação à questão de fundo que é colocada, Srs. Deputados, os argumentos são inconsistentes e, de resto, foram ditas coisas de profundo mau gosto. Quer dizer, se o Partido Socialista ou os outros partidos fizeram bem, ou não, o trabalho de casa...?! Estamos a brincar com as pessoas?!... Todas as pessoas viram, através do canal e da imprensa, que só tarde foi possível compilar dados como estes que nós referimos. E ainda há outros! Há outras questões a colocar ao Sr. Vice-Primeiro-Ministro e, das duas uma, ou serão colocadas aqui ou serão colocadas noutra sede, disso não tenham dúvida nenhuma. Não deixarão de ser colocadas, ou aqui ou noutra sede, repito. Preferem noutra sede? Será noutra sede.

Uma voz não identificada.

É que o regime político que nós temos é uma democracia e, portanto, o poder de uma maioria que utilize métodos de gazua ou de martelo pode

ser objeto de resistência. E é mais fácil o Sr. Deputado António Prôa sair a voar daqui com duas asas do que conseguir demonstrar o contrário.

Uma voz não identificada.

Gazua. Exatamente! Ou melhor, martelo!...

Os senhores acham banal e «incarecido» de esclarecimento que o Sr. Ministro da Defesa Nacional, com um procedimento em concurso, se encontre com um dos concorrentes antes da decisão, num forte situado algures, e ainda não especificado, no Guincho — não se sabendo se é no restaurante, se é no Forte de São Julião da Barra, residência oficial do Ministro durante meses — e aí discuta a garantia bancária de um contrato que nessa hora ainda nem estava redigido e em que há dois concorrentes?! Os senhores acham isso normal?! Devem ser os únicos!

E não acham que o visado tem direito a esclarecer isto em algum sítio que não seja, pura e simplesmente, a imprensa? Ou que tenha de ir ao Ministério Público esclarecer isto? Quer dizer, não vos passou pela cabeça que havia um problema na data?

Uma coisa é discutir depois da adjudicação, enquanto se está a fazer negociação contratual, outra coisa é discutir antes da adjudicação, quando ainda não há uma decisão contratual. Os senhores não brinquem com coisas sérias! E não fomos nós que inventámos isto, foi o Sr. Mühlenbeck que nos disse. Ou o Sr. Mühlenbeck não disse a verdade, está, enfim, idoso, não tem memória, confundiu o ano de 2004 com o ano de 2003, não foi em 2003... Mas, depois, isto não joga, porque ele reformou-se em junho de 2003 e saiu de combate. Portanto, já lá não estava quando o Conselho de Ministros, em novembro, fez a adjudicação; já lá não estava quando foi

negociado o contrato; já lá não estava na data da assinatura, embora tenha sido, por honra e mérito, convidado a estar por lá.

Srs. Deputados, não brinquem com estas coisas! Podem brincar, naturalmente, nós não brincaremos.

Sabia que o consórcio vencedor do pseudoleilão bancário tinha proposto um *spread* de 28 pontos base? Acompanhou essa matéria? Acompanhou o facto de se chegar ao consórcio Credit Suisse First Boston/BES e dizer: «é pá, isto não pode ser. Feitas as contas, vocês estão a propor 28 ou mais. Baixem lá essa coisa, se não ganham os alemães»?! Os senhores acham isto normal? Então, a vossa normalidade é abstrusa, mas é vossa.

Acham normal comprar um submarino incompleto e que, depois, custa mais 64 milhões? Acham normal haver uma cláusula que penaliza o Estado por ter de ir a Tribunal de Contas submeter a visto um contrato? Acham normal que isso aconteça em cima do mês de agosto, bem esparramado, para depois entrar em vigor em setembro? E ainda há mais perguntas. E, se bem virem, as perguntas que pretendemos fazer ao Sr. ex-Primeiro-Ministro Durão Barroso sobre as magníficas atividades da Escom com uma organização estranha e suspeita chamada Afrexport podem e devem ser dirigidas também ao Sr. Vice-Primeiro-Ministro.

Teve conhecimento dos 30 milhões de euros pagos pelo German Submarin Consortium à Escom UK por serviços de consultadoria — que ninguém consegue perceber como é que valem 30 milhões — e que uma parte desse dinheiro foi objeto de um acordo prévio de cessão de créditos da Escom UK a um fundo *offshore* sediado convenientemente nas Bahamas chamado *Feltree Investment Found*, cessão essa que ficou dependente, ao que parece, da adjudicação ao consórcio do contrato de aquisição de submarinos? Notem bem: transferência condicional sujeita a concessão ao

consórcio alemão. Houve algum serviço da *Feltree Investment Found* prestado ao Estado português ou que justifique isto?

Estas são questões sérias que, é muito simples, ou serão respondidas aqui ou ali, na sede própria. Eu acho que num inquérito desta natureza, que visa apurar responsabilidades políticas, esta é a sede própria e mais adequada para estas respostas serem dadas. E repare que o nosso requerimento nem exige, na verdade, a presença do Sr. Vice-Primeiro-Ministro, nem o poderia fazer, porque Sua Excelência o Vice-Primeiro-Ministro tem prerrogativas legais que nós temos de respeitar, pelo que pode responder por escrito.

Uma voz não identificada.

Certo, mas neste caso, e face a estas novas questões, e ninguém diga que não são novas, ou que resultam do não estudo ou da preguiça, porque isso é risível, traduz o contrário, traduz estudo e, se calhar, alguma garganta funda, que não vem aqui ao caso... Portanto, deixemo-nos dessas brincadeiras.

Assim, Srs. Deputados, sugiro que isto não seja tratado à forçada, porque, de facto, uma maioria têm, mas essa maioria não serve para tudo. Portanto, Srs. Deputados, apelamos a que isto seja visto com olhos realistas e com bom senso.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, temos todo o tempo do mundo, como temos tido sempre, mas, a partir do momento em que os argumentos estão expendidos, acho que é sempre útil passarmos à votação. Mas é só uma sugestão minha.

Tem a palavra o Sr. Deputado Filipe Lobo d'Ávila.

O Sr. **Filipe Lobo d'Ávila**: — Sr. Presidente, sem querer entrar muito no debate, só queria dizer aqui duas ou três coisas, até porque não percebo o tom de algumas ameaças que foram feitas. Numa lógica democrática como temos tido — e bem — nesta Comissão, confesso que não percebo.

Também não percebo outros termos, como o de «andamos a brincar com as pessoas», etc., nem a questão do «forcado». Não sei se o forçado, no caso concreto, é o Dr. Alberto Martins por ter recusado esta mesma Comissão Parlamentar de Inquérito quando o PS tinha maioria.

Sr. Presidente, é importante dizer o seguinte: ouvimos mais de 50 pessoas. Numa comissão potestativa o partido requerente tem direito a 15 audições, tiveram mais de 50 audições e a verdade é que, chegados ao fim, o objetivo central falhou, e falhou ao fim de 133 dias de trabalhos intensos nesta Comissão. Eu nem sei quantos requerimentos foram apresentados pelo Partido Socialista e, provavelmente, o Partido Socialista também não saberá dizer!...

A verdade é que os senhores procuraram atingir uma determinada pessoa e a verdade é que, do ponto de vista da honorabilidade, não o conseguiram. Srs. Deputados, isto parece evidente e, por isso, sobram apenas duas coisas, para as quais, Sr. Deputado José Magalhães, nós não estamos disponíveis. Não estamos disponíveis para alinhar naquilo que é a tentativa desesperada do Partido Socialista que, não podendo multiplicar audições, porque não pode, e julgo que não será numa lógica egocentrista do Sr. Deputado José Magalhães, tudo procura fazer para prolongar o prazo da Comissão; isso parece-me evidente.

Por outro lado, aquilo que os senhores tentam fazer de há várias audições a esta parte é, pura e simplesmente, inventar casos, uns atrás dos outros.

É verdade, e hoje sabemos isso, que o PS nunca esteve no domínio dos factos, passou três meses em insinuações e, agora, em desespero inventa coisas novas.

Por isso, queria apenas dizer, Sr. Presidente, que nós aceitámos todas as audições que foram apresentadas por todos os partidos, dentro do prazo regimental que tinha sido inicialmente aprovado pelo Plenário da Assembleia da República. Portanto, a partir do momento em que houve uma prorrogação — não sei se o Sr. Deputado Jorge Machado estava ou não presente nessa altura —, tomei a liberdade de dizer, até numa lógica transparente, de que eu não estaria disponível, enquanto Deputado desta Comissão, para estar a aprovar audições até à última da hora, em catadupa. Eu disse-o aqui abertamente.

Portanto, Srs. Deputados, não há aqui qualquer força de bloqueio, o que aconteceu é que todos os partidos requereram todas as audições que quiseram, dentro do prazo durante o qual, supostamente, o Plenário e a Assembleia da República tinham mandatado esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Por isso mesmo, quero dizer que repudio completamente a expressão de que houve aqui qualquer tentativa de força de bloqueio, porque isso não faz qualquer sentido. Aceitámos uma Comissão Parlamentar de Inquérito que o Partido Socialista, enquanto maioria, não quis, aceitámos todas as audições, ouvimos todos os responsáveis, todos os Ministros da Defesa, todos os Ministros da Economia, menos aqueles que os senhores quiseram dispensar, e a verdade é que estamos no fim.

Srs. Deputados, desculpem-me, mas, como se costuma dizer, isto é o «canto do cisne». Sr. Deputado José Magalhães, não me ocorre dizer mais nada que não seja isto.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado António Prôa.

O Sr. **António Prôa** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, o Sr. Deputado José Magalhães tem, com crescente intensidade, à medida que o tempo foi passando, optado por uma atitude de insinuações e até de ameaças. Aliás, o Sr. Deputado, nos últimos dias, por duas vezes, e hoje, uma terceira vez, embora de âmbito diferente quanto mais não seja por mais indefinido, foi acusando pessoas de várias coisas e insinuando que iria apresentar queixas de diversas índoles relativamente a diversas pessoas em diversas circunstâncias.

Sr. Deputado José Magalhães, o senhor há pouco referiu a atitude dos forcados. Pois bem, eu gosto de forcados e de corridas de toiros e há uma coisa que aprecio nos forcados, que é a lealdade e a frontalidade. Portanto, apelo à sua frontalidade para que se deixe de insinuações e de ameaças e concretize aquilo que, ainda há pouco, referiu como indo resolver, ou propor ou denunciar «ali». Diga onde e aproveite, também, para fazer exatamente o mesmo relativamente às insinuações que fez nos dias anteriores.

Portanto, Sr. Deputado, o desafio que lhe faço, com toda a frontalidade, é que concretize as ameaças que tem vindo a fazer nos últimos dias nesta Comissão.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, penso que podemos passar à votação, sublinhando que, no que me diz respeito, eu só trato do «aqui» e

espero que quem trate dos vários «ali» que possam existir trate bem e trate com competência.

Assim sendo, vamos passar à votação do requerimento, apresentado pelo Partido Socialista, solicitando uma nova audição do Sr. Dr. Paulo Portas.

Submetido à votação, foi rejeitado, com votos contra do PSD e do CDS-PP e votos a favor do PS, do PCP e do BE.

Temos, ainda, um requerimento do Partido Socialista, apresentado durante os trabalhos de ontem, solicitando a audição do Dr. Francisco Vaz de Carvalho, que, segundo o que nos foi dito aqui ontem, era um dos advogados que coadjuvava ou colaborava na sociedade Sêrvulo Correia, sob direção do Dr. Bernardo Ayala, portanto seria um dos advogados que fazia parte da equipa do Dr. Bernardo Ayala.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Magalhães.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Sr. Presidente, é só para dizer que temos tempo para ouvir o Sr. Dr. Vaz de Carvalho. Ontem, o Sr. Dr. Bernardo Ayala, que deu uma preciosa contribuição para este inquérito, disse-nos que, em matéria de carácter financeiro, recorreu ao *know-how* deste seu colaborador, que é um perito financeiro reputado e que pode explicar como é que foi redigido o regime do polémico leilão bancário, bem como é que se chegou ao cálculo dos montantes em causa nesse domínio. Ora, esse é um aspeto sobre o qual não temos, ainda, informação cabal e circunstanciada.

Julgo que no nosso *planning* de trabalhos é fácilimo incluir alguns minutos com este perito e não há absolutamente nenhuma razão para que a

sua colaboração não seja solicitada. Mais ainda: se os Srs. Deputados entenderem que ela não deve ser solicitada presencialmente, pois que se solicite, exatamente como vamos fazer em relação às notas técnicas que o Dr. Ayala se ofereceu para fazer, por essa via. Agora, que seja solicitada, que não se perca a circunstância de estarmos nas vestes de Comissão de Inquérito para incluir esta contribuição para memória futura, entre outras coisas, e para esclarecimento do passado.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Filipe Lobo d'Ávila.

O Sr. **Filipe Lobo d'Ávila** (CDS-PP): — Sr. Presidente, sobre este requerimento queria, apenas, fazer referência aos argumentos que já apresentei a propósito de outros requerimentos solicitando a presença de diferentes advogados, subscritos pelo mesmo partido.

Ontem, o Dr. Bernardo Ayala disse que a sua equipa era composta por 10 elementos, julgo que até utilizou essa expressão. Nós ouvimos a pessoa que coordenava a equipa e, portanto, não faz qualquer sentido ouvir mais alguém, a não ser que o Partido Socialista gostasse de ouvir os 10 elementos da equipa de advogados que assessorou o Estado. Do nosso ponto de vista, o depoimento do Dr. Bernardo Ayala foi mais do que suficiente perante todas as perguntas que foram colocadas ao longo de um dia inteiro de audição, como sabemos.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado António Prôa.

O Sr. **António Prôa** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, muito brevemente, gostaria de dar nota que, do ponto de vista do Grupo

Parlamentar do PSD, consideramos desnecessária esta audição, porquanto ontem tivemos oportunidade de ouvir o Dr. Bernardo Ayala assumir toda a responsabilidade, enquanto coordenador da equipa, por todo o trabalho desenvolvido. De facto, ele próprio deu esclarecimentos que nos pareceram suficientes, portanto, pela nossa parte, não vemos razoabilidade nesta audição e, por isso, votaremos contra.

O Sr. **Presidente**: — Uma vez que não há mais inscrições para intervir, vamos passar à votação do requerimento, apresentado pelo Partido Socialista, relativo à audição do Dr. Francisco Vaz de Carvalho.

Submetido à votação, foi rejeitado, com votos contra do PSD e do CDS-PP e votos a favor do PS, do PCP e do BE.

Srs. Deputados, temos, ainda, um requerimento em que se pede que seja solicitada ao Sr. Prof. Dr. Marcelo Rebelo de Sousa uma cópia do seu parecer, datado de maio de 2001.

O Dr. José Miguel Júdice, durante a sua audição de ontem, fez referência à existência de um parecer que teria sido pedido, segundo o que aqui foi dito e se não estou em erro, pela própria PLMJ ao Prof. Marcelo Rebelo de Sousa, relativo à posição do concorrente francês — enfim, é mais ou menos isto.

Os Srs. Deputados poderão explicar melhor do que eu, mas, tanto quanto me lembro, foi isto que foi aqui falado. E este parecer foi referido pelo Dr. José Miguel Júdice como existindo. Na sequência disso, o Partido Socialista entende que se deve pedir ao Prof. Marcelo Rebelo de Sousa que nos remeta o referido parecer, obviamente se ele estiver na sua posse ou se a ele tiver acesso.

É isto que está em discussão e em votação.

Alguém quer usar da palavra?

Pausa.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Prôa.

O Sr. **António Prôa** (PSD): — Estava hesitante em usar da palavra, mas, ainda assim, coloco e partilho a dúvida que tenho, Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, relativamente ao destinatário deste requerimento.

Pese embora o autor do parecer seja, de acordo com o que ouvimos, o Prof. Marcelo Rebelo de Sousa, ele foi «encomendado» pela PLMJ. E, nessa medida, não sei se o Prof. Marcelo Rebelo de Sousa pode dispor do referido parecer. É a única dúvida. Mas, enfim, podemos pedi-lo.

A única questão que colocaria é se, eventualmente, o partido proponente não entenderia prudente fazer o pedido à entidade que fez o pedido do parecer. Mas, enfim, com esta ressalva da dúvida sobre o sucesso, ainda assim, da nossa parte, não vemos objecção a que seja pedido. A única dúvida é relativamente ao destinatário.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, parece-me, não sei, mas o proponente o dirá, que o Dr. José Miguel Júdice, ontem, nos disse inclusivamente que tinha um arquivo muito detalhado na PLMJ de toda a correspondência tratada. Portanto, até poderá fazer sentido pedir aos dois. Não sei o que é que o Partido Socialista entende sobre isso.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Sr. Presidente, a solução que vos parecer mais eficaz. Eu tinha presumido que o Prof. Marcelo Rebelo de

Sousa contactaria com quem lhe encomendou o parecer, a PLMJ, que poderia dizer não haver objeção em enviar o parecer. E, obviamente, a PLMJ também deve ter isso em arquivo e podemos pedir à dita cuja sociedade. Portanto, não há objeção.

Só está mal identificado — porque isso foi feito, como sabem, naquelas circunstâncias — o objeto do parecer, um parecer elaborado, em maio, sobre o processo relativo à aquisição de submarinos pelo Estado português. Portanto, falta especificar bem o objeto, porque o Prof. Marcelo Rebelo de Sousa pode ter feito, em maio — em maio de 2001 —, não sei quantas dezenas de pareceres e pode ser difícil ele perceber o que queremos e questionar-se «o que é que estes senhores querem?»

Portanto, Sr. Presidente, acho que a sugestão é correta.

O Sr. **Presidente**: — Então, Sr. Deputado José Magalhães, sugeria que o Sr. Deputado corrigisse o requerimento, desse ponto de vista, para que seja claro...

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Só para identificar o objeto.

O Sr. **Presidente**: — ... qual é a matéria e que fosse remetido o pedido para ambos. Penso que é isso que o Partido Socialista...

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Sim, sim.

O Sr. **Presidente**: — Enfim, os grupos parlamentares poderão ainda ver a versão final, para que não fiquem dúvidas sobre o que estamos a aprovar. Mas, uma vez que não houve objeções, ficará aprovado, os Srs.

Deputados farão essa retificação e, depois, será enviado, nos termos já devidamente retificados.

Assim sendo, Srs. Deputados, vamos votar.

Pausa.

Foi aprovado por unanimidade.

Depois, temos mais um requerimento, apresentado também do Partido Socialista, que diz o seguinte: «Dos factos apurados, na presente data, no depoimento do Dr. Bernardo Ayala (...). Assim, e porque está dentro do objeto do inquérito da presente Comissão e se revela essencial para o apuramento de todos os factos, os Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Socialista requerem, nos termos legais e regimentais, que a Comissão Parlamentar de Inquérito solicite ao Ministério da Defesa Nacional o envio do contrato supramencionado». Estamos a falar do contrato de manutenção dos dois submarinos U-209PN. Repito, este requerimento pede o contrato de manutenção dos dois submarinos U-209PN.

Tem a palavra o Sr. Deputado Filipe Lobo d'Ávila.

O Sr. **Filipe Lobo d'Ávila** (CDS-PP): — Sr. Presidente, estive a ler este requerimento e confesso que tenho algumas dúvidas sobre o mesmo. E tenho algumas dúvidas porque faz-se referência a um contrato de manutenção dos dois submarinos U-209, ou seja, a tal primeira versão que existia até 2000, pelo que percebo...

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Não, não! É U-209PN! Portanto, os submarinos entregues...

O Sr. **Filipe Lobo d'Ávila** (CDS-PP): — Sendo certo que todos nós sabemos que estaria inicialmente previsto que esta manutenção fosse assegurada no Alfeite, aliás, conforme disposição da própria Marinha. E também sabemos hoje que isso não aconteceu porque, em 2009, um Governo socialista assim não quis.

Portanto, confesso alguma perplexidade relativamente a este requerimento, tendo em conta os factos que já apurámos, e não queria deixar de o dizer.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado José Magalhães.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Sr. Presidente, talvez valha a pena tentar dilucidar aquilo que me parece ser um equívoco, pois só muito lentamente — o Sr. Deputado João Semedo dirá que a galope —, ou com a velocidade possível, fomos percebendo que o processo relativo à questão da manutenção é um processo muito complexo. Alguns julgavam que não era preciso a manutenção dos torpedos. O problema da manutenção dos EH-101 foi gerido com alguns equívocos pelo meio que nos foram dilucidados por um dos secretários-gerais que desfilaram por esta Comissão.

Em relação ao submarino, não há manutenção, há manutenções, porque é totalmente diferente fazer a manutenção do sistema de combate e do sistema de radares, do sistema de propulsão e do sistema de alimentação, do motor *diesel* e do resto.

Portanto, quando alguém sonhou — e sonhou em muitos tempos, designadamente na assinatura do contrato — que isso podia ser feito no Alfeite, estava noutra mundo, porque pressupunha que a Siemens viria ao

Alfente fazer a manutenção das *fuel cells*, que a Atlas viria cá fazer a manutenção do equipamento em que tem *know-how* e segredo comercial, etc.

É claro que nós podemos fazer uma manutenção, que é limpar o casco, sem dúvida, mas, para isso, tínhamos de construir várias coisas.

Portanto, estamos a falar de uma coisa complexa. Ainda por cima, são dois submarinos — não são 30, 40 ou 50, são 2 —, o que é muito pouco para a escala industrial.

Portanto, o que nos interessa verdadeiramente é perceber que tipo de contratação foi possível fazer, evolutivamente. Não há aqui um «mostra que és bom ou cala-te para todo o sempre», «a culpa é toda tua» ou «a culpa é toda minha», não é assim. De facto, isto não é «preto e branco», há responsabilidades repartidas. Não há, de um lado, a luz toda e, do outro, as trevas todas. Portanto, obter os contratos — porque julgo que não é um sequer, há uma realidade evolutiva — será uma coisa muito útil nesta Comissão.

Também devo dizer que não está aí, mas deveria estar, o relatório itemizado da primeira manutenção. Portanto, propunha, Sr. Presidente, que se acrescentasse aí o relatório detalhado da primeira manutenção, isto é, da primeira manutenção em concreto. É que, nessa primeira manutenção em concreto, que, aliás, custou uma bolha de dinheiro — ou «uma pipa de massa», como diz o personagem conhecido —, foi necessário refletir o que o Estado português não tinha comprado na altura em que o Dr. Portas assinou o contrato.

Portanto, eu pedia o relatório detalhado da primeira manutenção. Era suposto ter seguido uma retificação, mas a pessoa que era suposto fazê-lo teve de se ausentar em julgamento e, pelo meio, isso ficou «pendurado». Mas esse relatório detalhado da primeira manutenção é uma peça muito

importante para este inquérito, enfim, para o acervo documental desta Comissão.

Por isso, Sr. Presidente, pedia a gentileza de aditar o relatório detalhado da primeira manutenção — se os Srs. Deputados concordarem, naturalmente —, porque são coisas diferentes.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado José Magalhães, o relatório, até este momento, é seu; depois de aprovado, será da Comissão, como é regra. Mas, até este momento, é seu e, portanto, pode aditar e alterar. De resto, podemos já acrescentar, e onde se diz «(...) U-209PN» acrescenta-se «e o relatório detalhado da primeira manutenção». Portanto, são estes os termos do requerimento do Partido Socialista.

Tem a palavra o Sr. Deputado Filipe Lobo d'Ávila.

O Sr. **Filipe Lobo d'Ávila** (CDS-PP): — Sr. Presidente, confesso que continuo com algumas perplexidades. A primeira é muito simples. Já ficámos a saber, e temos isso no acervo documental da Comissão, que, no caso dos submarinos, não há um contrato de manutenção. Mas a manutenção estava prevista no contrato de aquisição. Aliás, já tivemos dois ou três debates com o Sr. Deputado Agostinho Santa, do Partido Socialista, sobre esta mesma matéria. Portanto, julgo que a Comissão estará a pedir a mesma coisa que sabe que não existe e que, inclusivamente, os Deputados do Partido Socialista sabem que não existe.

Mas, Sr. Presidente, a Comissão pode fazer o que o Partido Socialista bem quiser, desde que seja razoável. Neste caso concreto, estamos a pedir um documento que sabemos que não existe, porque no contrato que está disponível na Comissão essa manutenção está prevista no contrato de aquisição. Enfim, andamos sempre à volta do mesmo.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado António Prôa.

O Sr. **António Prôa** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, esta segunda intervenção do Sr. Deputado Filipe Lobo d'Ávila suscita-me uma dúvida que, creio, valia a pena ser partilhada.

Uma questão agora aditada tem a ver com o relatório de manutenção, e esta parece-me uma questão inequívoca. Houve uma primeira manutenção, feita onde quer que fosse e por quem quer que fosse. Assim sendo, existe seguramente uma primeira manutenção e alguém a fez. E, portanto, supomos que o relatório existe.

Já quanto ao contrato de manutenção, de facto, a questão colocada pelo Deputado Filipe Lobo d'Ávila parece-me pertinente. Ou seja, se nós sabemos, aqui, em resultado do que fomos ouvindo e dos documentos que consultámos, que a manutenção estava prevista no âmbito do contrato de aquisição e se sabemos, além disso, que estava também previsto que a manutenção fosse efetuada no Arsenal do Alfeite — facto que, infelizmente, não se veio a verificar —, parece-me, com todo o respeito, um pouco sem sentido estarmos a pedir uma coisa que sabemos, à partida, que, tal como é pedida, não existe.

Portanto, se calhar, valia a pena reformular o requerimento — pese embora, possa ser, da mesma forma, discutível —, de modo a que seja mais pertinente.

Era este o apelo ou o pedido de esclarecimento que fazia ao partido proponente, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado José Magalhães.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Sr. Presidente, estamos completamente abertos a sugestões. Porém, não tenho a certeza, firme e total, que o Sr. Deputado Lobo d'Ávila exhibe aqui sobre a questão do enquadramento contratual...

O Sr. **Filipe Lobo d'Ávila** (CDS-PP): — *(Por não ter ligado o microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Sim, certo, nós vimos os artigos 33.º e 35.º. Mas é que os artigos 33.º e 35.º não dizem isso. E, sobretudo, se fosse isso, o enquadramento contratual da manutenção seria uma base contratual de tipo fio dental, quer dizer, uma coisa verdadeiramente minúscula, ou seja, não tem densidade, nem capacidade, para enquadrar essa matéria. Espero não vos ter chocado, mas era só para sugerir que é preciso mais espessura e mais densidade normativa.

De resto, é simples, Sr. Deputado: se fosse esse cenário, o Ministério da Defesa responder-nos-ia, como já respondeu noutras matérias, que todo o enquadramento contratual está vertido nos artigos 35.º e seguintes do contrato de aquisição. Mas eu, francamente, julgo que não. E julgo que houve discussões, que foram vertidas em solução contratualizada, para regular o enquadramento da manutenção, sobretudo quando se verificou que era impossível fazer aquilo como que se tinha sonhado em 2004.

É esta a informação que me foi dada por pessoas que acompanharam o processo e, portanto, há de haver algures essa malha contratual ou decisória.

O segundo aspeto não é controverso, pelo que não me refiro a ele.

Penso que não perdemos nada em lançar a nossa rede e procurar obter a melhor resposta possível do Sr. Ministro da Defesa Nacional, que, julgo, a dará.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Filipe Lobo d'Ávila.

O Sr. **Filipe Lobo d'Ávila** (CDS-PP): — Sr. Presidente, na sequência do pedido formulado pelo Sr. Deputado António Prôa ao partido requerente, até porque o Sr. Deputado José Magalhães fez um novo aditamento relativamente ao requerimento, apresentando um outro pedido que não conta do requerimento escrito, e tendo em conta que há uma dúvida legítima e que não abona a favor da clareza do que é pedido, gostaria de perceber se o Partido Socialista equaciona ou não reformular o requerimento que apresentou.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Equacionamos, certamente.

O Sr. **Filipe Lobo d'Ávila** (CDS-PP): — Não se trata de pedir a disponibilidade dos partidos da maioria. Os partidos da maioria demonstraram disponibilidade, ao longo destes quatro meses, em múltiplos requerimentos do Partido Socialista.

Em nome do CDS, estou disposto a aprovar o pedido que é formulado, mas penso que era importante clarificar esta questão para que não haja dúvidas. Por isso, saber se o Partido Socialista pretende ou não reformular o requerimento é uma matéria relevante, até porque gostaríamos de dar a nossa concordância a um pedido documental que é feito. Porém, não pode haver nenhuma dúvida sobre aquilo que é pedido e, sobretudo,

não pode haver dúvidas sobre aquilo de que a Comissão já tem conhecimento ou não tem por culpa própria, porque os documentos já existem na Comissão.

Não se trata de fazer nenhuma crítica, mas apenas de pedir clareza, sendo que o CDS estará, evidentemente, disponível para viabilizar o pedido que é feito ao Ministério da Defesa Nacional. Mas não me parece que o requerimento do Sr. Deputado José Magalhães seja suficientemente claro quanto a esse aspeto, tendo em conta até os debates que amplamente temos feito sobre esta matéria. E sobre isto o Sr. Deputado nada disse.

O Sr. **Presidente**: — Antes de dar a palavra ao Sr. Deputado José Magalhães, tem a palavra o Sr. Deputado António Prôa, que já tinha pedido a palavra.

O Sr. **António Prôa** (PSD): — Sr. Presidente, agradeço, pois, parece-me útil intervir antes do Sr. Deputado José Magalhães.

Sem me querer substituir à autoria e à redação do requerimento, julgo que o Partido Socialista poderia, eventualmente, ponderar a possibilidade de reformular o requerimento no sentido de pedir esclarecimentos ao Ministério da Defesa relativamente aos termos em que foi prevista a manutenção, sem requerer à partida um documento que, nos termos em que foi pedido, duvidamos que exista.

Portanto, se calhar, pedir o esclarecimento relativamente aos termos em que foi previsto o contrato de manutenção parece-me que seria um caminho eventualmente útil, se o Partido Socialista quiser considerar esta sugestão.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado José Magalhães.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Sr. Presidente, estou de acordo. Reformulamos o requerimento para pedir esclarecimentos sobre os termos em que foi previsto o enquadramento da manutenção dos dois submarinos e, depois, pedimos o relatório detalhado da primeira manutenção dos ditos.

Portanto, Sr. Presidente, peço apenas os bons ofícios da Mesa para se fazer isso.

O Sr. **Presidente**: — Estamos, então, em condições de votar o requerimento apresentado pelo Partido Socialista, na sua redação final, nos termos e com as retificações propostas pelo Sr. Deputado António Prôa e aceites pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, e que os Srs. Deputados poderão conferir se correspondem exatamente ao proposto.

Pausa.

O requerimento foi aprovado por unanimidade.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Semedo.

O Sr. **João Semedo** (BE): — Sr. Presidente, quero apresentar dois requerimentos orais ou, pelo menos, anunciar que o vou fazer por escrito.

O Sr. **Presidente**: — Não sei como é que o Sr. Deputado quer fazer; se quer apresentar já oralmente ou se quer deixar para o fim da reunião para o fazer por escrito.

Tem a palavra o Sr. Deputado Lobo D'Ávila.

O Sr. **Filipe Lobo d'Ávila** (CDS-PP): — Sr. Presidente, há um requerimento apresentado pela maioria relativamente à prorrogação do prazo.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, de acordo com a organização dos trabalhos, que nem sequer foi minha mas, sim, dos serviços da Comissão, isso não consta do ponto relativo aos requerimentos, consta do ponto seguinte, que tem como título «Prorrogação do prazo de funcionamento da Comissão».

Pergunto ao Sr. Deputado João Semedo se quer apresentar os requerimentos agora, uma vez que estamos a esgotar o ponto dos requerimentos. Ou posso reabrir o ponto relativo aos requerimentos no fim, quando tratarmos dos outros assuntos habituais. Se o Sr. Deputado João Semedo pudesse apresentar os requerimentos por escrito até essa altura seria útil, porque senão obriga-nos a voltar cá logo à tarde ou à noite, pois com todas as dificuldades do dia de amanhã...

O Sr. **João Semedo** (BE): — *Jamais!*

O Sr. **Presidente**: — Portanto, Sr. Deputado, se puder apresentar os requerimentos até essa altura, no fim da reunião estaremos em condições de os analisar e de decidir.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Magalhães.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Sr. Presidente, enquanto esperamos que os Serviços fotocopiem o requerimento que entreguei, dando execução àquilo que resultou da audiência com o Dr. Bernardo Ayala, ontem, vou passar a lê-lo, para facilitar. Diz o seguinte: «Tendo em conta a oferta

pública de colaboração apresentada pelo Dr. Bernardo Ayala, requer-se que lhe seja solicitado o envio de notas de informação e análise sobre:

a) A controvérsia jurídica suscitada no seio da CPC sobre os critérios a adotar para creditar contrapartidas e pré-contrapartidas, designadamente no tocante ao VAN (valor acrescentado nacional);

b) Os critérios usados para elaboração das cláusulas contratuais que levaram a que o Estado português fosse penalizado por cada dia entre a data da assinatura do contrato e a entrada em vigor». Este foi o aspeto em que o Dr. Ayala se ofereceu para fazer a indagação necessária, presumo que consultando o Dr. Vaz de Carvalho, o que supre, em parte, a rejeição da possibilidade de se ouvir o Dr. Vaz de Carvalho.

Portanto, foi isto que ficou combinado, ontem, durante o interrogatório da testemunha Bernardo Ayala e julgo que deveríamos enviar este requerimento, se for aprovado, o mais depressa possível e contactá-lo para que ele possa ajudar-nos. Julgo que é uma ajuda bem-vinda, como foi a de ontem.

O Sr. **Presidente**: — O Bloco de Esquerda fez chegar à Mesa dois requerimentos, que peço que sejam fotocopiados e distribuídos. Um deles, tanto quanto percebi da primeira leitura que fiz, relativo a documentação a pedir ao DCIAP e, o outro, na sequência de uma resposta do Ministério da Defesa indicando tudo o que tem em arquivo, a solicitar a documentação dos pontos 10 a 45 da listagem que o Ministério da Defesa nos enviou.

Srs. Deputados, logo que houver condições, os requerimentos serão distribuídos.

Peço ao Partido Socialista para formalizar o requerimento por escrito e, no fim da reunião, discutiremos e aprovaremos estes três requerimentos. Penso que esta é a melhor forma.

Entretanto, entraríamos na discussão do segundo ponto da ordem de trabalhos, que se refere à prorrogação do prazo de funcionamento da Comissão. A prorrogação parece-me inevitável, dadas as diligências que já aprovámos, a questão é a de saber qual a sua data.

A maioria acaba de substituir o requerimento que tinha apresentado inicialmente, tendo como data prevista o dia 7 de outubro, por um novo requerimento, que penso ser igual em tudo, exceto na data, que já não é dia 7, mas, sim, dia 3 de outubro. Portanto, onde se lia «7 de outubro» passa a ler-se «3 de outubro». De resto, o requerimento é igual — posso distribuir a nova versão.

O Sr. Deputado António Prôa ou o Sr. Deputado Lobo d'Ávila querem apresentar, fundamentar o requerimento ou consideram estar apresentado?

Tem a palavra o Sr. Deputado António Prôa.

O Sr. **António Prôa** (PSD): — Sr. Presidente, tendo em conta, por um lado, a necessidade de a relatora ter acesso a um maior número de transcrições efetuadas e, por outro, o facto de a Comissão ter decidido recentemente fazer algumas diligências, pareceu-nos prudente prolongar os trabalhos desta Comissão. Inicialmente, sugerimos o dia 7 de outubro, porém, tendo em conta a realização das jornadas parlamentares do Partido Comunista, entendemos alterar para dia 3, por respeito pela tradição desta Casa relativamente à conciliação dos trabalhos parlamentares com a dinâmica dos diversos grupos parlamentares. Parece-nos que a prorrogação até dia 3 de outubro é suficiente para concluirmos os nossos trabalhos, quer do ponto de vista das diligências a realizar quer do ponto de vista da elaboração do relatório.

Portanto, Sr. Presidente, parece-me que o requerimento é claro.

O Sr. **Presidente**: — Não querendo o Sr. Deputado Filipe Lobo d'Ávila usar da palavra para, enquanto proponente, apresentar o requerimento, tem a palavra o Sr. Deputado Filipe Neto Brandão.

O Sr. **Filipe Neto Brandão** (PS): — Sr. Presidente, não quero ser demasiado irónico, mas, tendo os proponentes indicado uma data e, posteriormente à apresentação do requerimento, tendo sido confrontados com a existência de um evento que não haviam previsto, parece-me óbvio que não haveria outra alternativa racional se não acrescentar prazo àquele que tinha sido indicado. Porém, serem confrontados com a existência de um facto que não previam e, na sequência dessa constatação, retirarem cinco dias ao prazo que haviam indicado inicialmente não é razoável.

Portanto, espero — porque na Assembleia da República é suposto, entre outras coisas, que os eleitos sejam razoáveis — que seja prorrogado o prazo por forma a acomodar o evento que não estava previsto. Suprimir dias é que não tem justificação nenhuma. É evidente que podem arranjar as justificações todas; podem dizer que havia o quarto lunar, o quarto crescente e o quarto minguante, mas invocar um fundamento para concluir em sentido diametralmente oposto àquele que a lógica comportaria...

O Sr. **António Prôa** (PSD): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado António Prôa, sugiro que os Deputados dos outros grupos parlamentares falem e que, no fim, os proponentes voltem a usar da palavra, como temos feito habitualmente.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Machado.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, consideramos que esta questão é muito relevante e que demonstra bem a postura que existe em relação aos trabalhos.

O que a maioria nos está a propor é que a relatora apresente um relatório e que ele seja concluído em 12 dias. Porém, lembro que ainda temos documentos a receber, ainda hoje apresentámos requerimentos a solicitar nova informação a diferentes entidades, hoje vamos discutir as perguntas que vamos enviar para os ex-Primeiros-Ministros António Guterres e Durão Barroso e ainda temos de receber as transcrições dos depoimentos.

Ao contrário do que aqui foi dito, o PCP não recebeu transcrição de depoimento absolutamente nenhum. Ora, fazer um relatório sem ter em conta a transcrição dos depoimentos é, na nossa opinião, inconcebível, a não ser que queiramos fazer isto com muita ligeireza.

Portanto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, estes 12 dias úteis que a maioria nos propõe para pôr termo a esta Comissão de Inquérito são, na nossa opinião, manifestamente insuficientes. E recordo que os depoentes que vão usar a prerrogativa de depor por escrito poderão não responder neste prazo de 12 dias úteis.

Uma voz não identificada.

Não são obrigatoriamente 10 dias!... Mas, seja como for, são 10 dias úteis para analisar toda a documentação.

Portanto, Sr. Presidente, ou o relatório já está em avançadíssimo estado de concretização ou, então, esta é uma forma muito ligeira e pouco séria de tratar os assuntos.

O que queremos dizer é que precisamos da transcrição dos depoimentos para analisar e fazer alterações ao relatório, se assim considerarmos. Nessa medida, sem a transcrição, sem termos um prazo razoável para analisar todos os documentos que ainda faltam chegar a esta Comissão, propor uma discussão em torno do relatório é muito pouco sério.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Filipe Lobo d'Ávila.

O Sr. **Filipe Lobo d'Ávila** (CDS-PP): — Sr. Presidente, queria apenas dizer que, de facto, não há qualquer ligeireza; bem pelo contrário, foram realizadas 50 audições, 10 sessões deliberativas, contando com a que estamos a ter, pelas minhas contas, e o prazo inicial, salvo erro, mas o Sr. Presidente poderá corrigir-me, era o dia 5 de setembro e será prorrogado por duas vezes.

Neste caso concreto, Sr. Deputado Filipe Neto Brandão, a alteração é por uma questão de cortesia, porque o prazo até podia ser 30 de agosto.

O Sr. **Filipe Neto Brandão** (PS): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador.)*

O Sr. **Filipe Lobo d'Ávila** (CDS-PP): — Posso continuar?

O Sr. **Filipe Neto Brandão** (PS): — Pode.

O Sr. **Filipe Lobo d'Ávila** (CDS-PP): — Obrigado.

O prazo indicado pela maioria até podia ter sido mais curto. Foi indicado o dia 7, terça-feira, porque, como o Sr. Deputado sabe, à segunda-

feira é o dia de os Srs. Deputados contactarem com o eleitorado em cada um dos respetivos distritos.

Havendo indisponibilidade do Partido Comunista Português...

Uma voz não identificada.

Sr. Deputado, é uma disponibilidade do requerente. Tal como o Partido Socialista apresenta 10 000 requerimentos diferentes e aquilo que bem entende, a maioria também apresenta aquilo que bem entende. Convirá reconhecer isso, certo?

A única alteração que está em causa — e não é o único argumento, Sr. Deputado — é por uma questão de cortesia para com o Partido Comunista Português, que tem as suas jornadas parlamentares nos dias 6 e 7. Portanto, a alternativa foi passar para o dia imediatamente anterior. É tão simples quanto isto. Eu sei que o Partido Comunista não concorda com a questão dos prazos e isso, Sr. Deputado, já sabemos desde o início.

A questão é esta: vão ser duas vezes prorrogados os prazos — será agora a segunda vez. Portanto, é evidente que não há nenhuma ligeireza; bem pelo contrário, há, sim, o querer cumprir as diligências já aprovadas e que ainda são precisas realizar e, por outro lado, evidentemente, aguardar que os antigos ex-Primeiros-Ministros possam apresentar as respostas às diferentes perguntas que serão colocadas pelos Srs. Deputados de todos os grupos parlamentares.

É isto que está em causa, para além, evidentemente, de dar um prazo suficiente para que os trabalhos de elaboração do relatório possam ser feitos.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vou dar a palavra ao Sr. Deputado João Semedo dizendo que, entretanto, deu entrada na Mesa uma proposta de substituição apresentada pelo Partido Socialista, propondo os mesmos termos que a maioria propõe, com a seguinte alteração: enquanto a maioria substitui o dia 7 pelo dia 3, o Partido Socialista substitui o dia 3, que é a data que consta do requerimento atual, pelo dia 8.

É esta a proposta do Partido Socialista que deu entrada na Mesa. Ela será distribuída, mas penso que é desnecessário...

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Sr. Presidente, é realmente necessário tomar essa decisão agora?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, acho que essa decisão condiciona tudo aquilo que temos de fazer de agora em diante, os trabalhos e a forma como temos de o balizar, como é evidente.

Enfim, não quero expressar opinião sobre esta discussão, mas há uma coisa que é evidente: como devem imaginar, tenho visto várias vezes a legislação aplicável e não tenho grandes dúvidas de que o prazo de resposta é de 10 dias. Não quero cometer nenhum erro, mas estou absolutamente convencido de que o prazo de resposta é de 10 dias. O que significa que se o prazo para as perguntas for de 3 dias — o que vamos fazer a seguir em termos de aprovação das perguntas —, as perguntas têm de ser feitas com brevidade, porque tem de haver tempo para as respostas chegarem a fim de ainda poderem ser analisadas, designadamente pela Relatora. Portanto, isto condiciona de alguma forma. Deixarmos o prazo em aberto parece-me que complicará aquilo que temos de fazer, além de que é direito dos proponentes votarem.

Neste momento, temos duas propostas na Mesa, uma, da maioria, que refere dia 3...

Pergunto, Sr. Deputado Jorge Machado: as jornadas parlamentares do Partido Comunista Português são dias 6 e 7, não é?

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Sim, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Portanto, o dia 6 também não resolveria. Estava a tentar tirar o meio das duas propostas, uma vez que temos os dias 3 e 8. Mas o dia 6 também não resolveria. A hipótese é ou dia 3, que é o dia imediatamente anterior, ou dia 8, que é o dia imediatamente a seguir. Não sendo possível o dia 7, são estas as duas hipóteses.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Semedo.

O Sr. **João Semedo** (BE): — Sr. Presidente e Srs. Deputados, estou estupefacto. Como é que a maioria tem a ousadia e o desplante de fazer esta proposta?

O que esta proposta significa, aquilo que a maioria está a dizer-nos é que o relatório está pronto. Só pode ser! Eu acho isso verdadeiramente inacreditável. Não é um relatório, é um «turborrelatório», como esta Comissão, de facto, não é um «charuto», porque parece que isso são os submarinos, mas é um «chouriço» pela forma como têm sido apressados artificialmente os seus trabalhos. Eu estou estupefacto! Porque isto não respeita tempo nenhum que a democracia exige. Aliás, basta fazer as contas: vamos aprovar hoje as perguntas, vamos ter de as enviar, vamos ter de receber a resposta... Bom, eu preciso de tempo para olhar para o relatório, eu preciso de tempo para fazer propostas ao relatório.

Portanto, digo-vos, Srs. Deputados, com toda a franqueza, que, com estes prazos, arriscam-se a ficar aqui sozinhos a discutir e a votar o vosso relatório. Arriscam-se a isso. Porque a democracia não pode ser um formalismo.

O Sr. **António Prôa** (PSD): — Não é à sua medida!

O Sr. **João Semedo** (BE): — Sr. Deputado, esteja calado, esteja calado. Já estou farto dos seus apartes.

O Sr. **António Prôa** (PSD): — E eu estou farto dos seus!

O Sr. **João Semedo** (BE): — Paciência. O que é que quer?

O Sr. **António Prôa** (PSD): — Paciência!

O Sr. **João Semedo** (BE): — É isso mesmo.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, a democracia obriga a que, fartos que estejamos, convivamos uns com os outros.

O Sr. **João Semedo** (BE): — Claro. Exatamente. Temos de nos ouvir uns aos outros. Ouvir os argumentos dos outros.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado António Prôa, pedia...

O Sr. **João Semedo** (BE): — Eu estou a usar os meus argumentos. O Sr. Deputado é que não quer ouvir os argumentos dos outros, porque tem,

por ciência própria, garantida que tem a verdade absoluta nas suas mãos, porque tem a maioria...

O Sr. **António Prôa** (PSD): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador.)*

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, pedia que não entrassem em diálogo.

O Sr. **João Semedo** (BE): — A maioria dos votos não lhe dá sempre razão. Percebe? E o que estou aqui a dizer é que isto é um atropelo às normas básicas do debate democrático. Quantos dias é que os senhores querem dar aos partidos que vão fazer o relatório? Digam lá. Quantos dias? Quantos dias? No vosso calendário, quantos dias estão previstos? Nem nisso pensaram.

Em relação às propostas de alteração, quanto tempo temos para apresentar propostas de alteração? Quanto tempo têm os senhores e a Sr.^a Relatora para discutirem essas propostas de alteração? Qual foi o tempo previsto? Os senhores nem o calendário apresentam. Os senhores apresentam uma data — acho isso absolutamente fantástico. É o que vos digo: arriscam-se a ficar aqui sozinhos, arriscam-se a passar a vergonha de, pela primeira vez, ficarem sozinhos a discutir e a aprovar um relatório.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado José Magalhães.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Sr. Presidente, fazia uma sugestão.

É óbvio que teremos de pedir ao Plenário que faça uma deliberação no sentido da prorrogação dos trabalhos, em qualquer cenário. Assim, eu

propunha, Sr. Presidente, que houvesse uma conversa entre coordenadores, depois do almoço, e que ponderássemos antes qual é a sequência dos trabalhos e quais são as diligências que estão em curso — são muitas! — e, obviamente, não temos interesse nenhum... Enfim, à mulher de César... Também nós somos a mulher de César e, portanto, devemos ser honestos e parecer honestos e ver qual é a forma de dar uma programação temporal dos trabalhos que permita acomodar tudo o que pusemos em marcha e que não queremos, obviamente, abortar.

Julgo que ninguém quer abortar diligências nem quer fazê-las próforma. Por exemplo, o parecer do Professor Marcelo não é determinante, é uma peça que fica muito útil no nosso arquivo digital para, depois do inquérito, ser aberto à leitura pública, mas, obviamente, não condiciona uma decisão. Mas há depoimentos de ex-Primeiros-Ministros e outros documentos que são relevantes e que é importante citar no sítio próprio.

Por outro lado, como, por desgracia, isto ocorreu tudo no verão, a transcrição das atas está atrasada, pura e simplesmente. A Relatora nem sequer tem *online*, para poder citar, as referências necessárias com URL encurtáveis para fazer o relatório. Não tem! Ela está com esse problema prático.

Propunha, Sr. Presidente, que não precipitássemos a decisão e que víssemos isso, quiçá hoje depois do almoço ou numa altura que o Sr. Presidente achar bem — com urgência, obviamente —, porque isso teria de ir a Plenário na próxima sexta-feira, que é o dia da semana das votações regimentais, coisa que não é difícil de acomodar se houver consenso, como seguramente haverá, para agendar essa matéria.

Era esta a sugestão, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Antes de dar a palavra ao Sr. Deputado João Semedo...

O Sr. **Antônio Prôa** (PSD): — Eu também me inscrevi, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Não tinha reparado, mas se o Sr. Deputado João Semedo não se opuser, dar-lhe-ei a palavra, não sem antes dizer ao Sr. Deputado José Magalhães o seguinte: é verdade que há várias diligências em curso e é verdade que há diligência que sugeria que fossem resolvidas já hoje, independentemente da decisão que a Comissão venha a tomar em relação à data.

Também é verdade — e aqui *a contrario* — que qualquer uma dessas diligências, se tomadas a partir de agora, terá sempre 10 dias. Pode dizer-se e argumentar, como o Sr. Deputado João Semedo já aqui argumentou, que o prazo fica curto para o resto, tal como relatório, etc., mas serão concluídas, em princípio, até final do mês. Hoje, é dia 17...

O Sr. **Filipe Neto Brandão** (PS): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registrar as palavras do orador.)*

O Sr. **Presidente**: — Tem 10 dias a partir do momento da notificação. Estamos a 17, digamos que até dia 30 teremos...

O Sr. **Filipe Neto Brandão** (PS): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registrar as palavras do orador.)*

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Filipe Neto Brandão, se os senhores entrarem sempre em diálogo... É que se todos falarmos ao mesmo tempo, é difícil entender-nos.

O Sr. **Filipe Neto Brandão (PS)**: — Só quero esclarecer para que a Mesa não esteja num equívoco.

O Sr. **Presidente**: — Eu percebi. Eu ouvi-o, Sr. Deputado.

O Sr. **Filipe Neto Brandão (PS)**: — Ao prazo de 10 dias dado para um depoente que vai responder por escrito acrescem 3 dias de correio.

O Sr. **Presidente**: — Já estou a contar com mais dois dias de correio. Diria que até ao fim do mês, porque 10 dias dá até dia 27 e eu falei até dia 30, teremos a resposta e quanto às que estão pedidas para trás também já se contaram os 10 dias.

Porém, isso não tem nada a ver com aquilo que aqui foi dito, e eu não quero entrar nessa discussão, em relação ao facto de, ainda assim, ser curto o tempo até à apresentação do relatório. Essa é outra discussão.

Temos, neste momento, três matérias em relação às quais pedia que os Srs. Deputados fossem objetivos e pragmáticos para decidir.

Primeiro, ou fazemos a votação das duas propostas que existem em cima da mesa, ou seja, dia 3 é a proposta da maioria e dia 8 é a contraproposta do Partido Socialista — estão ambas entregues e formalizadas —, ou, terceira hipótese, os Srs. Deputados admitem ainda reponderar esta matéria e existir, se necessário for, uma reunião de coordenadores para tomarmos uma decisão hoje, mais tarde. Eu não tenho nenhuma objecção a nenhuma destas três hipóteses que estão em cima da

mesa. Se entenderem reponderar, obviamente, marcarei uma reunião da Mesa com os coordenadores para se poder reapreciar esta matéria.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Prôa.

O Sr. **António Prôa** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, vou passar adiante das afirmações, que me parecem desadequadas, do Sr. Deputado do Bloco de Esquerda, mas, ainda assim, queria dizer o seguinte: em primeiro lugar, estamos a falar aqui de uma diferença de um dia útil face à proposta inicial. De facto, a proposta inicial era dia 7, uma terça-feira, e dia 3 é uma sexta-feira.

Portanto, o que temos pelo meio é um sábado, um domingo e uma segunda-feira, que normalmente, como aqui já foi dito, é um dia reservado aos trabalhos de contacto com os eleitores.

Também para situarmos o que está em causa, sem querer fazer nenhum «cavalo de batalha» sobre isto, queria dizer que vale a pena não dramatizar as coisas quando elas não são no sentido de serem dramatizáveis, uma vez que é um dia útil que está em causa.

Além disso, a maioria tem viabilizado prolongamentos do prazo. Fê-lo uma primeira vez, está, ela própria, a tomar a iniciativa de o fazer agora uma segunda vez e, portanto, parece-me que também não há aqui nenhuma razoabilidade em acusações de querermos atropelar o que quer que seja ou quem quer que seja neste processo.

Francamente, parece-nos que, chegados a esta altura, este prazo é razoável e dizemos isto com a humildade de quem não tem ainda a certeza absoluta de como vamos chegar ao final dos trabalhos. No entanto, chegados a esta altura, parece-nos suficiente o dia 3.

Quanto aos trabalhos de elaboração do relatório, não posso deixar de chamar a atenção para algumas afirmações que o Sr. Deputado João Semedo fez no que se refere ao respeito pela democracia.

Em primeiro lugar, não me parece que seja respeitar a democracia ameaçar que se abandona os trabalhos de uma comissão. Nós não o fazemos. Sr. Deputado, pelos vistos, a sua democracia inclui virar as costas àquilo que é, precisamente, a discussão democrática, com as regras que existem e que devemos respeitar, concordando mais ou menos com elas. Sabe, Sr. Deputado, às vezes, para mudar as regras também é preciso ganhar votos e, nessa medida, ganhar legitimidade. Assim, eu aconselhava o Bloco de Esquerda e o Sr. Deputado João Semedo, que tem particulares responsabilidades no seu partido, a preocuparem-se também com essa matéria.

Sr. Deputado, permita-me que lhe diga outra coisa. Quanto aos trabalhos relativos ao relatório desta Comissão, foi criado um grupo de trabalho para coadjuvar a Sr.^a Relatora na sua elaboração. Creio que o Bloco de Esquerda recusou integrar esse grupo de trabalho e, portanto, quanto à disponibilidade para trabalhar nesta Comissão e neste relatório, talvez fosse mais interessante que o Bloco de Esquerda estivesse disponível para esse intuito.

Acabando como comecei, vale a pena relativizar as questões em relação ao dia. Trata-se apenas de um dia útil, não faremos disso nenhum «cavalo de batalha» e, se a questão é tão relevante, julgo estarmos na disposição de poder aceitar o dia 8.

Sublinho: o que estava em causa era um dia útil, para a frente ou para trás, não era mais do que isso, e comecei por tentar colocar isto nos termos que me pareciam razoáveis. Mas se a questão é essa e se a proposta do

Partido Socialista vai no sentido de sugerir o dia 8, o PSD e a maioria aceitam-no, em alternativa à nossa proposta do dia 3.

O Sr. **Presidente**: — Com esta intervenção, penso que poderemos caminhar para o consenso.

Srs. Deputados, vou dar agora a palavra ao Sr. Deputado Filipe Lobo d'Ávila, que intervirá em nome do outro partido proponente. Depois, farei um pequeno comentário em relação ao que foi dito, quer pelo Sr. Deputado João Semedo quer pelo Sr. Deputado António Prôa, antes de voltar a dar a palavra ao Srs. Deputados João Semedo e Jorge Machado, que estão inscritos.

Pergunto aos Srs. Deputados António Prôa e Filipe Lobo d'Ávila, uma vez que são os dois proponentes, se esta é uma posição articulada ou não. Presumo que sim, mas...

Tem a palavra, Sr. Deputado Filipe Lobo d'Ávila.

O Sr. **Filipe Lobo d'Ávila** (CDS-PP): — Sr. Presidente, quero apenas reforçar, evidentemente, o que o Sr. Deputado António Prôa disse. Ou seja, não será por um dia que haverá problemas com todas as «famílias».

Relativamente às afirmações que o Deputado João Semedo aqui fez...

O Sr. **João Semedo** (BE): — Sr. Presidente, isto não pode ser assim! O Sr. Deputado cumpre e respeita a ordem de inscrição; se é para exprimir a sua opinião, então, quero ser eu a falar primeiro.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado João Semedo, a culpa é minha e eu assumo-a. Mas, caso insista em querer falar agora, dou-lhe a palavra.

Dei a palavra ao Sr. Deputado Filipe Lobo d'Ávila porque o requerimento é originariamente da maioria. A maioria apresentou dia 3...

O Sr. **João Semedo** (BE): — Estive de acordo com isso.

O Sr. **Presidente**: — Não estava a ouvir, porque estava a ver a alteração ao requerimento do Partido Socialista.

O Sr. **João Semedo** (BE): — Não estou de acordo que, além disso, o Sr. Deputado Filipe Lobo d'Ávila, como qualquer outro Deputado, assumo a palavra sem se ter inscrito.

O Sr. **Presidente**: — Dei a palavra ao Sr. Deputado Filipe Lobo d'Ávila na sequência de ter dado ao Sr. Deputado António Prôa, uma vez que são os proponentes, mas antes estavam inscritos os Srs. Deputados João Semedo e Jorge Machado.

Portanto, Sr. Deputado Filipe Lobo d'Ávila, só lhe dei a palavra para se pronunciar em relação à questão do requerimento. Peço-lhe desculpa, pois posso não ter sido claro.

Sendo assim, tem a palavra, Sr. Deputado João Semedo.

O Sr. **João Semedo** (BE): — Em primeiro lugar, gostaria de esclarecer o Sr. Deputado António Prôa do seguinte: eu, como Deputado, respeito as regras da democracia quando as regras que me impõem me respeitam. E as regras que os senhores estão aqui a definir para este debate

não nos respeitam — não respeitam os Deputados, não respeitam o trabalho dos Deputados, não respeitam a democracia parlamentar.

Em segundo lugar, teria sido preferível que o Sr. Deputado perdesse o tempo da sua intervenção a apresentar um calendário, porque isso é que é sério. Diga-nos quanto tempo dá...

O Sr. **António Prôa** (PSD): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador.)*

O Sr. **João Semedo** (BE): — Sr. Deputado, ouça.

O Sr. **António Prôa** (PSD): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador.)*

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, não entrem em diálogo, por favor. Peço ao Sr. Deputado João Semedo que conclua e ao Sr. Deputado António Prôa que permita que o Sr. João Semedo conclua sem interrupções.

O Sr. **João Semedo** (BE): — Eu desejava que o Sr. Deputado António Prôa, que tem a responsabilidade de coordenar o Grupo Parlamentar do PSD nesta Comissão, ouvisse os argumentos dos outros e não viesse para aqui dar lições de moral, porque eu não preciso disso. Fale comigo lá fora, diga-me o que tem a dizer de mim.

Vamos discutir o calendário: quanto tempo vai ter cada partido que aqui está representado para apresentar propostas de alteração? Vamos ter quanto tempo para discutir? Em que dia é que a maioria apresenta o relatório? Isso é que é sério, é um calendário!

Estamos a fechar uma data «às cegas». Ninguém sabe quando é que a Sr.^a Relatora se compromete a apresentar o relatório. Ela está aqui para comprometer com um data? Não está. Vamos ter quantos dias para ler o relatório e para apresentar propostas de alteração?

Termino, dizendo duas coisas. Em primeiro lugar, dia 3 é pior do que dia 8. Quem é que disse ao Sr. Deputado António Prôa que eu estava de acordo com o dia 8? Nem com o dia 8 estou de acordo!... O Deputado José Magalhães não fala por mim e eu nunca me pronunciei sobre isso.

É evidente que dia 3 é pior do que dia 8, mas dia 8 não é uma boa solução. O que aqui devia ter sido apresentado, e lamento que o Sr. Presidente não o tenha requerido à maioria, era um calendário. Precisamos de saber qual é o dia em que a Sr.^a Deputada Relatora se compromete a entregar o relatório. A Sr.^a Deputada nem está aqui para nos dizer isso, mas talvez a maioria possa dizer por ela.

Quantos dias vamos ter? Ou seja, qual é o número mínimo de dias que esta Comissão acha que os grupos devem ter para que possam apresentar propostas de alteração? Qual é o intervalo de tempo que a Sr.^a Relatora e a maioria vão precisar para integrar, ou não, essas propostas de alteração? Finalmente, durante quanto tempo nos dispomos a discutir? Sem esta calendarização, tenho muitas dúvidas em relação a votar o dia 3, ou o dia 8, ou qualquer outro dia. É por isso que eu dizia que era preferível, em vez de vir para aqui com lições de moral, apresentar um calendário; era mais eficaz e eficiente.

Por último, queria chamar a atenção para o seguinte: todos os grupos parlamentares pediram muita documentação ao Ministério da Defesa Nacional. O Ministério da Defesa Nacional, a determinada altura, respondeu pedindo a esta Comissão o protelamento do prazo para entregar a documentação por ela ser demasiado abundante. O tempo foi passando e

a documentação continuava sem vir. Tive a oportunidade de pedir ao Sr. Presidente que a Comissão fizesse uma nova diligência junto do Ministério da Defesa Nacional, e assim foi, o Sr. Presidente fez essa diligência.

Qual foi a resposta do Ministério da Defesa Nacional? Foi enviar a documentação? Não! Enviou uma lista enorme, um sumário, que é, digamos, um índice do arquivo do Ministério da Defesa, para que disséssemos o que queríamos. Ora, nós hoje vamos apresentar a resposta a essa solicitação do Ministério da Defesa. Como é que é possível que esta Comissão acabe os seus trabalhos no dia 3 ou no dia 8? Estamos a falar da documentação do Ministério da Defesa, não é da documentação do Ministério da Agricultura!

Como é que os Srs. Deputados, com essa tranquilidade toda, acham que é possível concluir os trabalhos da Comissão nos prazos que estão a propor?

O Sr. **Presidente**: — Antes de dar a palavra ao Sr. Deputado Jorge Machado, que já está à espera há algum tempo, queria só fazer três pequenas notas.

A primeira é em relação à afirmação do Sr. Deputado João Semedo. Foi exatamente como o Sr. Deputado João Semedo acabou de dizer, sendo certo que falta acrescentar só um aspeto. Na sua resposta, o que o Ministério da Defesa, no fundo, nos vem dizer — estou a citar de cor — é mais ou menos o seguinte: em relação ao que nos pediram não encontramos nada de relevante, mas está aqui a lista de tudo o que temos para, se quiserem, pedirem mais alguma coisa.

Foi mais ou menos isto, o que implica, obviamente, uma leitura política de cada um dos grupos e também quanto à relevância dos documentos. É legítimo qualquer um dos grupos fazê-la, bem como é

legítimo o Bloco de Esquerda dizer «bom, mas nós achamos que estes documentos podem ser relevantes» e, nesse seguimento, apresenta-nos uma lista, que ainda está para ser votada hoje.

A segunda nota tem a ver com a questão do relatório. Tenho a minha opinião sobre essa matéria, que transmitirei à Sr.^a Relatora, pois penso que ela e as pessoas que a coadjuvam no grupo de trabalho é que têm de a saber.

Srs. Deputados, por experiência de observação de anteriores comissões de inquérito, muitas delas acabaram tendo dois ou três relatórios diferentes, o que acho, sinceramente, que poderíamos tentar evitar — pelo menos, é a minha opinião — se o relatório, o trabalho feito pela Relatora, for, tanto quanto possível, descritivo e factual do sucedido na Comissão, abrindo as várias hipóteses, as várias dúvidas e as várias leituras de tudo aquilo que factualmente foi levantado e se, depois, a leitura política de cada um dos grupos for introduzida no relatório e subscrita pelos próprios.

Ou seja, se o relatório tiver uma descrição, tanto quanto possível, factual de tudo o que aconteceu, não muito apreciativa e se, depois, cada um dos grupos incluir a sua leitura nesse mesmo o relatório. E as leituras, como percebemos ao longo dos trabalhos da Comissão, não são sempre coincidentes, ainda que o facto seja o mesmo. Sobre o mesmo facto vimos aqui várias leituras políticas, que são, obviamente, naturais e legítimas.

Penso que talvez por este caminho se consiga procurar uma solução, mas esta é só uma pista que estou a deixar à Comissão. Agradeço o facto de não ter também a incumbência do relatório, como imaginam!... Portanto, é só uma sugestão e uma pista que estou a deixar.

Em relação ao que disse o Sr. Deputado João Semedo, e procurando acolher a sua sugestão, se a data proposta pelo Partido Socialista, e que a maioria já aceitou, do dia 8, for deliberada, isso significa que no dia 8

teremos de chegar a uma decisão final, caso não exista mais nenhuma prorrogação ou a Conferência de Líderes não decida algo diferente. Esta é a proposta da Comissão, mas a decisão final é do Plenário. Pode ser tomada uma decisão diferente na Conferência de Líderes ou no Plenário. Todas as propostas são legítimas, como é evidente.

Se assim for, talvez o que faça sentido seja, logo que possível, termos uma reunião, que, numa primeira instância, poderá ser da Mesa com os coordenadores, para tentarmos chegar, tanto quanto possível e da melhor forma possível e detalhada, ao calendário que o Sr. Deputado João Semedo refere, e bem, ser útil e necessário. Portanto, marcaríamos brevemente essa reunião para tentarmos acertar os *timings* — seria indispensável, diria, a presença da Mesa, dos coordenadores e da Relatora e, depois, o resto seria com o grupo do trabalho — e para ver se é possível, ou não, aproximarmos desse mesmo calendário.

Sr. Deputado Jorge Machado, peço-lhe desculpa, mas havia várias questões que estavam pendentes e que eu tinha de tratar. Tem a palavra.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Sr. Presidente, não tem de pedir desculpa.

Para o PCP é claro que nem dia 3, nem dia 8. Se quisermos fazer o relatório de uma forma séria, construtiva e com o rigor que esta Comissão de Inquérito se propôs, este prazo é manifestamente impossível. Se o relatório já está em avançado estado de composição e se a maioria quiser, como se comprovou ao longo do decurso dos trabalhos, fugir desta Comissão de Inquérito como «o Diabo foge da cruz», então, fixa-se o dia 8 e aprova-se um relatório que não tem os documentos que a Comissão pediu, porque não terão chegado até essa data todos os documentos que esta Comissão se propôs receber; nem não terão tempo suficiente para

analisar as respostas que vão ser enviadas por escrito, o mais tardar dia 30, às diferentes questões que colocámos aos ex-primeiros-ministros. Portanto, não terão coisas fundamentais.

O Sr. Presidente propõe o seguinte exercício: «Vamos, então, expurgar a matéria de facto e, depois, cada um faz a leitura política». Pois bem, Sr. Presidente, para fazer isto é preciso termos a transcrição dos depoimentos e, tanto quanto sabemos, não temos a transcrição de um único depoimento. Tivemos depoimentos de seis e sete horas, portanto, temos de ter a transcrição dos depoimentos para irmos à matéria de facto, porque ninguém tem a capacidade e a memória para sintetizar ou ser rigoroso em relação a depoimentos de seis horas.

Portanto, Sr. Presidente, sem a transcrição das atas, sem esperarmos e darmos um prazo razoável para a análise dos documentos e para as respostas que aqui foram entretanto pedidas a ex-primeiros-ministros, sem darmos um tempo para o relatório ser apresentado e lido e sem darmos um prazo para os respetivos grupos parlamentares ou apresentarem um relatório alternativo ou fazerem propostas de alteração ao mesmo, estamos face a um embuste de Comissão Parlamentar de Inquérito. É um embuste!

E não venham com as regras da democracia, porque a questão da democracia não se coloca nestes termos. A democracia pressupõe que haja regras e as regras nesta Comissão Parlamentar de Inquérito foram tudo menos cumpridas. Definimos, no início dos nossos trabalhos, que haveria uma audição da parte da manhã e outra da parte da tarde. Quantos dias houve em que tivemos três e quatro audições? Vários! Foram estipuladas várias regras relativas às audições que foram sucessivamente desrespeitadas. E, portanto, estamos face a um embuste de Comissão Parlamentar de Inquérito e não face a uma Comissão Parlamentar de Inquérito a sério, e isso percebe-se. Há uma leitura política que é clara para

todos nós. Qual é a leitura que todos nós fazemos relativamente a esta matéria? É simples!

O PCP, dificilmente, alinhará neste embuste de Comissão Parlamentar de Inquérito. Porque dizerem que até dia 8 há tempo suficiente para os grupos parlamentares apresentarem propostas de alteração, sem que o PCP tenha acesso à transcrição dos depoimentos, sem que tenha acesso sequer aos documentos que foram pedidos e sem que tenha tempo para ler as coisas, nomeadamente respostas pedidas e o próprio relatório, é um embuste, é brincar às comissões parlamentares de inquérito.

A maioria quer apressar isto, não quer assumir que quer acabar «às três pancadas», mas é isto que está a acontecer e é um embuste de comissão parlamentar de inquérito que não vai sequer merecer a nossa anuência no que diz respeito a estes calendários.

Portanto, ou é definido um calendário real, que tenha algum cabimento perante a realidade com que está confrontada esta Comissão ou, então, não deixaremos de denunciar isto mesmo, ou seja, que se trata de um embuste político e não de uma comissão parlamentar de inquérito.

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado Filipe Lobo d'Ávila pretende usar novamente da palavra, mas, antes, quero deixar apenas três notas, a primeira das quais é a seguinte: o prazo normal desta Comissão, fixado pela Conferência de Líderes, era o dia 5 de setembro. Ela, de facto, iniciou-se num período de pré-férias, por razões que são conhecidas e que competem aos grupos parlamentares, mas os grupos parlamentares terão, seguramente, feito o juízo sobre a melhor altura em que quiseram iniciar os trabalhos da Comissão. O que é facto é que ela coincidiu com um período que é, normalmente, de férias e isso obrigou-nos até, inclusivamente, a ter reuniões durante o mês de agosto, com a oposição de alguns grupos

parlamentares, mas deliberadas por maioria, e até por maioria alargada, porque não tiveram a oposição do Partido Socialista.

Neste momento, Srs. Deputados, aquilo com que estamos confrontados é o seguinte: o prazo da Comissão, já prorrogado, termina no dia 20 e, portanto, a Comissão tem de decidir da prorrogação dos seus trabalhos, porque, senão, chegamos ao dia 20, a Comissão deixa de funcionar, não há relatório, não há conclusões, as diligências não são sequer cumpridas e a Comissão cai por si. Penso que é esta a consequência jurídica, sem conclusão de espécie alguma.

Portanto, que a prorrogação é indispensável, Srs. Deputados, é um facto, o prazo pelo qual os senhores querem prorrogar é uma outra questão. Mas, ainda assim, lhe digo, Sr. Deputado Jorge Machado que me parece que, havendo muitas regras parlamentares, não há nenhuma que nos obrigue a só fazer uma audição ou duas por dia ou a só fazer audições de 3 horas.

O Sr. Jorge Machado (PCP): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. Presidente: — Não, Sr. Deputado, foi estipulado, como regra geral, para as audições mais longas. Agora, sublinho, Sr. Deputado, que houve uma única audição nesta Comissão em que não foi possível os Srs. Deputados esgotarem o tempo — uma única —, que foi a do ex-Ministro Santos Silva, por imposição do próprio, porque tinha um compromisso e tinha de sair. Em todas as outras audições, os Srs. Deputados deixaram tempo por usar e não deixaram de fazer as perguntas.

Sr. Deputado, como Presidente, deixando, obviamente, à Comissão as decisões e deliberações que entenda tomar, posso, quanto muito, em

alguma medida, transmitir a minha sensibilidade, como creio que tenho feito em várias ocasiões — aliás, penso que, ainda agora, isso terá, de certa forma, acontecido: a de que, a partir daqui — e nós, hoje, bem como toda a comunicação social, estamos muito a discutir o regresso ao trabalho, o início do ano parlamentar, mas nós, Srs. Deputados, ainda estamos no ano parlamentar anterior; pelo menos eu, nesta Comissão, ainda me sinto um pouco no ano parlamentar anterior, porque, de alguma forma, não o terminámos —, será muito difícil conseguirmos manter um ritmo razoável, em termos de trabalhos, de iniciativas ou mesmo de audições, com tudo o resto a decorrer. Digo-lhe isto, enfim, só a título de justificação, porque foi também isto que levou a uma preocupação minha, que assumo e não escondo, porque, normalmente, não fujo às decisões, às ideias e às opções que tomo, de procurar que trabalhássemos o mais intensamente possível enquanto não estávamos em ano parlamentar normal, enquanto não estava eu a faltar à 1.^a Comissão, como sucedeu hoje de manhã, os Srs. Deputados também provavelmente a faltarem a outras comissões e com o Plenário logo à tarde, onde alguns de nós, provavelmente, terão intervenções para fazer. Esta é a explicação que posso dar para alguma insistência minha na concentração de trabalhos fora do período normal, mas, como é evidente, os Srs. Deputados não têm de concordar. Uma das coisas que a democracia nos diz, em termos absolutos, é que a opinião é livre e as decisões são tomadas por maioria.

Tem a palavra o Sr. Deputado Filipe Lobo d'Ávila.

O Sr. Filipe Lobo d'Ávila (CDS-PP): — Sr. Presidente, com grande tranquilidade, quero apenas dizer duas ou três coisas.

Não pretendo, nesta Comissão, dar lições a ninguém, nunca me pus a jeito para isso, mas também não pretendo receber lições de ninguém. Não

tenho a ambição ou a pretensão de querer dar lições, nem me pus a jeito para as receber.

É um bocadinho essa a perspectiva que quero aqui deixar, dizendo, desde já, o seguinte: vamos prolongar os trabalhos desta Comissão por duas vezes. Não é o Sr. Presidente que define o calendário da Comissão, o calendário da Comissão foi definido e aprovado em Plenário, já o prorrogámos por duas vezes ou, melhor, vamos, agora prorrogá-lo pela segunda vez.

O Sr. Presidente: — Prorrogámos uma vez e está em cima da mesa a segunda prorrogação, Sr. Deputado.

O Sr. Filipe Lobo d'Ávila (CDS-PP): — Ora, sendo a questão do prazo tão pertinente, sobretudo para o Partido Comunista Português, mas também para o Bloco de Esquerda, a verdade é que estamos a 17 de setembro e, se nada fosse feito, não deu entrada nenhum pedido de prorrogação do prazo, a não ser o da maioria e, agora, em cima da hora, o do Partido Socialista.

Se a questão do prazo era tão pertinente, o que é que acontecia, Sr. Presidente, caso chegássemos ao dia 20 e não houvesse nenhuma prorrogação do prazo? Só podia acontecer uma coisa: a Comissão extinguia-se por si.

Portanto, o argumento do prazo serve para aquilo que bem queremos passar, é legítimo, como é evidente, trata-se de retórica política, de argumentação política, está tudo certo, Srs. Deputados.

Quero apenas dizer ao Sr. Deputado João Semedo, com consideração, que este requerimento teve a preocupação de ser o mais explícito possível, para que não desse margem para dúvidas e segundas

interpretações e, portanto, aquilo que aqui está é o que aqui está, não é nada daquilo que o Sr. Deputado João Semedo procurou e pretendeu insinuar ao longo da primeira intervenção que fez — já não sei se fez duas ou três, mas acho que foi na primeira intervenção que fez um conjunto de considerações sobre o requerimento —, porque o que aqui está é muito claro, não é nada mais que não seja o que cá está.

A este propósito, quero só acrescentar o seguinte: houve também uma questão procedimental, com muitas dúvidas sobre o tempo de resposta. Hoje é dia 17, pelo que, com mais 10 dias, chegaremos a 27 ou 28 de setembro. Isto dá mais do que tempo para que os ex-Primeiros-Ministros respondam, dá mais do que tempo para que a Comissão ainda receba um conjunto de documentos, dá mais do que tempo para que os Srs. Deputados, querendo — confesso que, até agora, não quis e não requeri aos serviços da Comissão a transcrição de qualquer ata ou qualquer transcrição —...

O Sr. Jorge Machado (PCP): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. Filipe Lobo d'Ávila (CDS-PP): — Ó Sr. Deputado, estou a falar de mim, não estou a falar de si. Eu, enquanto Deputado desta Comissão, não o pedi, porque, até ao momento, entendi que não precisava de o fazer.

De facto, quanto mais se estender esta Comissão, Sr. Presidente — e já se viu que se esgotou o seu objeto —, a verdade é que cada vez mais se adia a Comissão de Inquérito ao BES. Não sei se há intenção de adiar a Comissão de Inquérito ao BES, mas acho que também era muito importante iniciarmos essa Comissão Parlamentar de Inquérito e, salvo

erro, há limitações a que ela se possa iniciar enquanto existirem duas comissões parlamentares de inquérito em funcionamento ao mesmo tempo. Qualquer um de nós pode ter as interpretações que quiser sobre isso, mas, certamente, a opinião pessoal de cada Deputado não se substitui àquela que é a jurisprudência da Conferência de Líderes.

Queria dizer isto, porque me parece que essa também é uma questão política importante, sendo certo que, do nosso ponto de vista, esta prorrogação é absolutamente necessária, quanto mais não seja porque nenhum outro partido a requereu.

A proposta é muito má na perspectiva do Partido Comunista Português, mas o Partido Comunista Português nada requereu.

É tão simples como isto, Sr. Presidente, pelo que me parece que estamos em condições de partir para a votação do requerimento na versão de 8 de outubro.

O Sr. Presidente: — De alguma forma, foi o que sugeri.

Ainda vou dar a palavra aos Srs. Deputados João Semedo e Jorge Machado, que acaba de se inscrever, mas peço brevidade aos Srs. Deputados, porque os argumentos estão expendidos e reexpendidos. Alguns Srs. Deputados já vão nas terceira e quarta intervenções.

Tem a palavra, Sr. Deputado João Semedo.

O Sr. João Semedo (BE): — Sr. Presidente, de acordo com a sua intervenção, quero apenas solicitar que não votemos o requerimento da maioria e que se realize logo uma reunião em que a maioria, para além da data, traga um calendário em que os pontos principais do nosso trabalho obedeçam a um cronograma, com data de entrega do relatório, tempo para discussão do mesmo e apresentação de propostas alternativas, tempo para

discussão das propostas alternativas e dia da votação final. Quando me apresentarem esse cronograma, estarei em condições de me pronunciar sobre ele, até lá votarei contra toda e qualquer proposta de data que seja apresentada, e não me peçam que apresente qualquer proposta alternativa, porque já se percebeu que a inflexibilidade da maioria é tão grande que não vale a pena propor seja o que for.

Por último, quero apenas dizer ao Sr. Deputado Filipe Lobo d'Ávila o seguinte: nesta Casa, estou para aprender, estou para receber lições, mas não é qualquer um que mas dá.

O Sr. Filipe Lobo d'Ávila (CDS-PP): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. João Semedo (BE): — Não, mas eu estou cá para receber lições. Não tenho nenhuma convicção de que saiba tudo sobre o que esta Casa pode ensinar a cada um de nós.

O Sr. Presidente: — Nessa matéria, estou de acordo consigo, Sr. Deputado João Semedo, estou cá até para fazer formação. Esta Comissão, para mim, é uma formação, uma experiência de formação interessante para quem já tem uns anos de Parlamento. Mas não deve haver altercação sobre essa matéria.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Machado.

O Sr. Jorge Machado (PCP): — Sr. Presidente, primeiro falo do dramatismo em torno da prorrogação do prazo.

Sr. Presidente, vamos lá ser rigorosos nesta discussão: a maioria utilizou o argumento — a maioria e o Sr. Presidente, que, nesta questão, foi

particularmente interveniente — de que a Conferência de Líderes fixou um prazo e esse prazo é para cumprir.

Sr. Presidente, desafio-o a fazer um levantamento sobre qual foi a comissão parlamentar de inquérito cujo prazo não foi prorrogado. É normal a prorrogação do prazo! Perfeitamente normal! O que não é normal é terminar desta forma abrupta os trabalhos de uma comissão parlamentar de inquérito. Isso é que não é normal! O que se está a passar aqui é que não é normal! Não façam da anormalidade a normalidade, como pretendem fazer, porque, efetivamente, o que se impunha era uma prorrogação do prazo que, efetivamente, desse tempo para todo o trabalho que ainda temos pela frente.

Sr. Presidente, nós não partilhamos do entendimento de que os grupos parlamentares têm de pedir a transcrição dos depoimentos que foram prestados nesta Comissão Parlamentar de Inquérito. Diz o Sr. Deputado que não requereu e eu acho que não temos de requerer, porque, se for uma questão de requerer, então, como é óbvio, o PCP precisa da transcrição de todos os depoimentos que aqui foram feitos. Ninguém faz um relatório sem ter em conta a transcrição dos depoimentos, se quisermos ser minimamente factuais.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, há aqui uma questão de fundo: a maioria utiliza também o argumento do BES, mas não há grupo parlamentar mais interessado em avançar para a comissão parlamentar de inquérito ao BES do que o PCP, que é o proponente dessa mesma Comissão.

Para ultrapassar esse problema, sugiro à maioria que olhe para a Comissão Parlamentar de Inquérito ao caso de Camarate, Sr. Presidente. É que há aqui uma profunda contradição! A Comissão Parlamentar de Inquérito ao caso de Camarate — e faço parte dela — está literalmente parada há largos meses. Porquê? Porque os Deputados do PSD e do CDS-

PP não fazem nada! Têm-na parada há largos meses! Já nem me lembro da Comissão Parlamentar de Inquérito ao caso de Camarate!

Querem resolver o problema das duas Comissões Parlamentares de Inquérito que impedem o BES, resolvam! Trabalhem na Comissão Parlamentar de Inquérito do caso de Camarate, que até foi proposta por VV. Ex.^{as}. Por que é que ela está parada? Por que é que não se resolve o problema? Então, uma matéria tão sensível, tão importante para a história do nosso País está parada há largos meses, sem qualquer tipo de atividade?! Não se está à espera de qualquer documento! O relatório pedido ao Ministério das Finanças já foi entregue há vários meses! Por que é que não têm toda essa diligência relativamente à Comissão Parlamentar de Inquérito de Camarate? Por que é que não fazem isso, por via dos vossos grupos parlamentares, mesmo os Srs. Deputados que não fazem parte dessa Comissão Parlamentar de Inquérito?! É que o argumento das duas Comissões Parlamentares de Inquérito é meramente instrumental e a vossa preocupação não é começar a Comissão Parlamentar de Inquérito do BES, a vossa preocupação é acabar esta o mais rapidamente possível.

Sr. Presidente, de duas uma: ou há intenção de, em reunião de coordenadores, definirmos um novo prazo desta Comissão Parlamentar de Inquérito, com programação dos trabalhos, data de entrega do relatório, prazo de análise do relatório e das propostas de alteração ou relatório alternativo, ou, então, naturalmente, percebe-se que não há qualquer margem para fazer propostas. É que posso disparar um número, posso disparar, por exemplo, o dia 7 de novembro, mas não tem cabimento fazê-lo, porque sabemos que a maioria não o vai aprovar. Portanto, ou há uma reunião de coordenadores e fazemos disto uma discussão mais ou menos séria, com programação dos trabalhos, ou, então, repito, estamos face a um embuste de Comissão Parlamentar de Inquérito.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, no que me é possível ajudar e esclarecer e tanto quanto os serviços e a própria Sr.^a Relatora, com quem já falei mais do que uma vez sobre esse assunto, me transmitem, a regra que se estabeleceu para as atas, precisamente para simplificar o trabalho da Relatora, foi que, à medida que houvesse disponibilidade das mesmas, elas fossem enviadas e disponibilizadas, em primeira mão, à Sr.^a Relatora, às vezes, mesmo em bruto, sem o trabalho estar em versão definitiva.

Eu conheço um pouco esse trabalho, porque quando era estudante de Direito fiz parte dos serviços de Redação da Assembleia da República, pelo que sei um pouco como as coisas se passam. Eram outros tempos, mas agora a lógica é a mesma: há, primeiro, um trabalho feito em bruto e, depois, faz-se uma revisão, como é evidente.

Portanto, as atas estão a ser disponibilizadas e a seguir serão também disponibilizadas no *site* da Comissão. Neste momento, estarão disponíveis, no mínimo, mais de metade. É evidente que o Sr. Deputado pode dizer-me «é muito, é pouco, não chega», mas isso é outra questão. Estou só a dar-lhe esta informação, sendo factual e informativo: pelo menos metade, ou mais de metade, não sei — já na semana passada me deram conta de metade —, talvez 50% ou 60% dessas atas estejam no *site* da Comissão, podendo até a Deputada relatora ter já tido acesso a mais, porque foi aqui combinado, por minha iniciativa, com os serviços de Redação, haver um *link* direto, em primeira mão, para a Deputada relatora à medida que houvesse informação disponível.

Quanto à segunda questão, sobre a Comissão de Camarate, não sei nada, não faço a menor ideia, não tenho nenhuma informação sobre isso nem sobre a agenda política que os grupos parlamentares querem fazer.

A reunião de Mesa e coordenadores creio que é útil e terá de existir sempre. A única dúvida é saber se ela ocorrerá com uma data fixada de prazo final ou não, e isso é tem a ver com a maioria. Há, no fundo, uma sugestão, quer do Sr. Deputado João Semedo, quer do Sr. Deputado Jorge Machado, no sentido de não se votar agora o prazo final...

O Sr. Filipe Neto Brandão (PS): — Sr. Presidente, o Deputado coordenador do PS também sugeriu que, ainda hoje, houvesse uma reunião de coordenadores...

O Sr. Presidente: — Sim, sim, e eu assumi que haveria uma reunião para fixar o calendário. A questão é se votamos o requerimento antes ou não, e isso cabe à maioria...

O Sr. Deputado Filipe Lobo d'Ávila diz que votamos.

O requerimento está apresentado, é direito da maioria votá-lo, penso que com a alteração proposta pelo Partido Socialista de, em vez de dia 3, ser dia 8. Portanto, é o requerimento da maioria, é o texto da maioria, com a data final proposta pelo Partido Socialista, que é o dia 8.

O Sr. António Prôa (PSD): — Sr. Presidente, peço a palavra para, muito brevemente, fazer uma interpelação à Mesa.

O Sr. Presidente: - Tem a palavra.

O Sr. António Prôa (PSD): — Isso não prejudica, naturalmente, a realização posterior — diria, até, imediatamente posterior — da reunião da Mesa com os coordenadores. Portanto, isso não invalida que nós procuremos organizar os nossos trabalhos...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, eu disse que, antes de qualquer votação, haveria, obviamente, uma reunião da Mesa com os coordenadores e a relatora ou uma reunião da relatora com o grupo de trabalho. Essas reuniões terão de se fazer porque há trabalhos da própria Comissão para concluir e esta reunião ainda tem trabalhos hoje para fazer. Uma coisa não obsta à outra.

Mas está em cima da mesa um requerimento apresentado pela maioria. Entretanto, o Partido Socialista apresentou uma proposta de substituição, que diz: «substitua-se o inciso 3 pelo inciso 8 na proposta dos Deputados do PSD e do CDS-PP relativa à prorrogação dos trabalhos». A maioria aceitou a proposta de substituição do Partido Socialista, pelo que o requerimento será votado já com a proposta de substituição do Partido Socialista.

É direito dos proponentes verem as suas propostas votadas, pelo que, não havendo acordo dos proponentes para que se marque para um outro dia ou para uma outra hora a continuação desta reunião para se votar este requerimento, eu porei o requerimento à votação.

Tem a palavra o Sr. Deputado Filipe Neto Brandão.

O Sr. **Filipe Neto Brandão** (PS): — Sr. Presidente, peço desculpa, mas o Sr. Presidente é um homem particularmente inteligente, pelo que sabe muito bem que o que acabou de referir não corresponde exatamente à verdade. Ou seja, a reunião que irá ocorrer, presuntivamente depois da deliberação que irá ser posta à votação, prejudica a reunião que foi alvitrada pelo coordenador do Partido Socialista, porque ele sugeriu uma reunião da Mesa com os coordenadores para acertarem numa data consensual, que acomodasse as diligências que estão a ser feitas.

Obviamente, se houver uma votação que fixe um prazo, haverá uma reunião, mas não haverá uma reunião para se indicar uma data que possa acomodar essas diligências. A sugestão do Partido Socialista é que essa data resulte da reunião de hoje da Mesa com os coordenadores.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, há só uma coisa que eu gostaria de deixar clara. O Sr. Deputado diz que aquilo que eu disse não corresponde à verdade, mas não é isso que estou a dizer. Procurando fazer um exercício de memória e pegando no que o Sr. Deputado diz, a única dúvida que tenho — e confesso-lhe que tenho essa dúvida — é saber qual é a ordem das duas propostas do Partido Socialista. Ou seja, é verdade que o Sr. Deputado José Magalhães propôs, a determinado momento dos trabalhos da Comissão, não decidir hoje. Mas tenho ideia que, depois, apresentou a data de dia 8. Mas, enfim, mais uma vez confirmaremos nas atas. Mas a ideia com que fiquei — se não foi assim, obviamente eu darei o braço a torcer — é a de que, primeiro, o Sr. Deputado José Magalhães propôs a suspensão, mas depois formalizou por escrito a proposta de dia 8. Até porque, na minha concepção, estando uma proposta com uma data concreta do Partido Socialista em cima da mesa...

O Sr. **Filipe Neto Brandão (PS)**: - *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível transcrever as palavras do orador.)*

O Sr. Presidente: - Sim, e depois a maioria aceitou a data do Partido Socialista. Por isso, não faria muito sentido não decidir a data que é proposta pelo próprio. Acho que a proposta de suspensão foi anterior. Eu acolhi até a proposta, essa possibilidade, e foi aí que houve uma ponderação e a maioria resolveu aceitar o dia 8.

Mas, Sr. Deputado, como imagina, não quero faltar à verdade; estou a dar, de cor, a memória que tenho sobre esta matéria. De qualquer forma, neste momento, continuamos a ter um requerimento da maioria em cima da mesa, do qual já não consta o dia 3, mas sim o dia 8, como sugeriu o Partido Socialista.

E temos, pelo que vejo, um pedido de não deliberação neste momento — pode ser hoje, mas não neste momento — por parte dos partidos da oposição.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Semedo.

O Sr. **João Semedo** (BE): — Sr. Presidente, reafirmando o que disse, solicitava aos grupos da maioria que apresentaram esta proposta que apresentassem uma outra proposta que incluísse um calendário. Definir a data e encontrarmo-nos logo à tarde para definir esse calendário e esse cronograma é, se me permitem a expressão, e sem qualquer sentido insultuoso, «pôr a carroça à frente dos bois». Na realidade, o que é que adianta, depois de definirmos a data em que temos de terminar, concluirmos que não há tempo para o que é necessário fazer? Não aceito isso, pelo que insisto em que seria melhor que, logo à tarde, os coordenadores se encontrem e votem nessa circunstância.

Queria também dizer ao Sr. Presidente duas coisas que decorrem da Lei dos Inquéritos Parlamentares.

Em primeiro lugar, é que a transcrição das audições é obrigatória.

Em segundo lugar, sobre o relatório, a Lei diz o seguinte, no artigo 20.º, n.º 1, que «O relatório final refere, obrigatoriamente: *a)* O questionário, se o houver; *b)* As diligências efetuadas pela Comissão; *c)* As conclusões do inquérito e os respetivos fundamentos» — portanto, a Sr.^a Relatora não pode eximir-se de expor as conclusões que propõe que a

Comissão tire do inquérito, como, aliás, acontece em qualquer comissão de inquérito; «d) O sentido de voto de cada membro da Comissão, assim como as declarações de voto escritas».

Portanto, percebo a vontade do Sr. Presidente de simplificar a redação do relatório, a sua complexidade, para que tudo possa ser realizado num prazo de tempo mais curto, mas a realidade é que o relatório não pode ser reduzido àquilo que o Sr. Presidente sugeria que viesse a ser, para economia de tempo. O relatório tem de obedecer a estes quatro *itens*. E o ponto das conclusões é um ponto seguramente polémico, controverso, sobre o qual vai ter de haver propostas de alteração — seguramente que sim —, e depois declarações de voto, etc.

Insisto, pois, que seria melhor que a maioria apresentasse um cronograma do nosso trabalho e, sendo esse cronograma aceitável, o dia em que os trabalhos desta Comissão pudessem estar concluídos.

Julgo que isso é que seria natural e tudo o resto, Srs. Deputados, é «pôr a carroça à frente dos bois». E, se querem que vos diga, não tenho nenhuma vontade de participar nisso.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, queria só ser claro em relação àquilo que não é mais do que uma sugestão que dei e que voltarei a dar quando reunirmos com a Mesa e os coordenadores. Mas não é mais do que uma sugestão.

Eu não queria reduzir o relatório nem coisa nenhuma, queria somente separar, como o Sr. Deputado disse, e bem, a parte descritiva dos nossos trabalhos do relatório daquilo que é a parte das conclusões. E, normalmente, na parte das conclusões é que há polémica e visões diferentes e, às vezes, até há duas conclusões diferentes.

Aí, talvez — estou a antecipar-me —, é que pode haver conclusões que nunca serão consensuais ou propostas de alteração que nunca serão aprovadas, em que cada grupo parlamentar tenha as suas próprias conclusões e as possa incluir no relatório. Mas é uma sugestão. Ou seja, queria que ficasse claro o que é que cada força política e cada Deputado concluíssem.

Uma voz não identificada.

Sr. Deputado, estou só a dar uma sugestão, que os Srs. Deputados seguirão ou não, mas que, na minha modestíssima opinião, me parece uma sugestão correta. Mas, enfim, não tem de ser seguida de maneira nenhuma. Não dirijo os trabalhos desse ponto de vista, quando muito dou sugestões e tento resolver o problema de conseguirmos produzir um relatório num tempo que pode ser curto.

Srs. Deputados, ponho, então, à votação, pela indicação que tenho, o requerimento da maioria, já com a alteração proposta pelo Partido Socialista de alteração da data de dia 3 para dia 8.

Pausa.

Srs. Deputados, o requerimento foi aprovado, com os votos a favor dos Deputados do PSD e do CDS, com a abstenção dos Deputados do PS e com os votos contra dos Deputados do BE e do PCP.

Srs. Deputados, temos ainda de analisar a questão do questionário, além dos requerimentos que, entretanto, deram entrada na Comissão.

Mais uma vez, Srs. Deputados, vou fazer-vos uma sugestão, mas não é mais do que uma sugestão. Penso que, neste momento, neste ponto dos

trabalhos, às 13 horas e 40 minutos, não vejo que haja grande capacidade de a Comissão, de eu próprio ou de os serviços da Comissão em pegarmos neste extenso rol de perguntas e fazermos algum tipo de subsunção, que, até pela experiência que estou a ter dos trabalhos da Comissão e que se repetirá, provavelmente, no relatório, levaria a uma enorme discussão sobre se teríamos subsumido bem ou mal, se teriam desaparecido partes da pergunta, se não teriam desaparecido, etc.

Penso, portanto, que a melhor metodologia seja ordenar as perguntas dos vários grupos parlamentares, nos termos em que elas venham, exatamente como elas estão, precedidas por uma folha de rosto em que eu escreveria só as perguntas que foram elaboradas pelos vários grupos, e serem remetidas, se possível hoje mesmo, até pelo prazo que temos e que exige que ajamos com alguma rapidez se quisermos ter respostas em tempo útil, senão teríamos que marcar outra reunião para discutir... Qualquer Sr. Deputado diria, e com legitimidade, «Sr. Presidente, olhe que pôs aqui duas perguntas como sendo uma só, mas não são exatamente iguais, porque a nossa tem uma pequena diferença».

Acho que esta seria a melhor metodologia, mas os Srs. Deputados dirão.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Machado.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Sr. Presidente, nós insistimos que a metodologia que o PCP propôs, e que foi avançada pelo meu camarada António Filipe, era a melhor — e comprova-se por aquilo que aconteceu: a de os proponentes avançarem com uma base e, depois, os restantes partidos acrescentarem perguntas à base entretanto elaborada.

Essa seria a forma de resolver, de uma forma simples, o problema. Assim não aconteceu, portanto julgo que não haverá outro remédio senão enviar todas as perguntas feitas pelos grupos parlamentares.

Poderemos ter duas soluções: agrupar por tema ou enviar por respetivo grupo parlamentar.

Percebendo que o agrupamento por tema possa ser discutível, o melhor será mesmo agrupar as perguntas por grupo parlamentar e remetê-las para os depoentes.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, não sei se o método sugerido pelo Sr. Deputado António Filipe, que já vinha um bocado prejudicado da reunião anterior e do debate que tivemos nessa reunião, é um bom método ou se já alguma vez foi utilizado. Os métodos que têm sido normalmente utilizados — conferi com os serviços da Comissão — são dois: ou a elencagem por grupos parlamentares ou reunir tudo aquilo que é igual, ou seja, a Comissão fazer o seu próprio texto, que normalmente é feito pelos serviços da Comissão, obviamente que com a análise do Presidente respetivo, pondo tudo aquilo que é igual e só deixando de fora, para análise ou para acrescentar, as perguntas que sejam específicas. Ou seja, se todos perguntarem «que conhecimento tem de não sei o quê...?», isso faria parte de uma única pergunta, o que torna o questionário mais simples de responder. Isso seria, na minha opinião, o ideal.

Mas, tudo visto e ponderado, chegados a este momento e a esta hora e considerando a urgência, penso que a solução por grupo parlamentar é a de seguir... E as pessoas a quem se dirigem saberão responder.

Sr. Deputado Filipe Lobo d'Ávila, tem a palavra.

O Sr. Filipe Lobo d'Ávila (CDS-PP): — Concordo com o que o Sr. Presidente disse. Algumas das perguntas que foram colocadas são coincidentes, embora formuladas de uma maneira diferente, e, em regra, a minha posição seria a de, no fundo, achar que a mesa poderia fazer essa tentativa de síntese. No que não fosse possível, então, sim, poderiam ser apresentadas enquanto blocos partidários, até porque eu queria dizer que não estamos disponíveis para aceitar algumas perguntas que foram formuladas do nosso ponto de vista com erros ou com preconceitos e, por isso, como é evidente, julgo que essa sua proposta, Sr. Presidente, permite acautelar isso.

Portanto, as perguntas serão enviadas com a identificação de cada um dos blocos partidários e, dessa forma, depois, os antigos primeiros-ministros responderão da maneira que bem entenderem.

Certamente que já não será possível fazer a discussão entre os partidos, mas não deixa de ser curioso, do meu ponto de vista — e não queria deixar de o dizer — que o Partido Socialista não formule nenhuma pergunta ao antigo Primeiro-Ministro António Guterres, sendo certo que estamos a falar de um período que, como sabemos, esteve aqui em análise durante um conjunto de diferentes programas militares.

Do nosso ponto de vista, decidimos formular as perguntas que bem entendemos, evidentemente. O direito ao silêncio também é um direito de cada um, como é evidente, mas nós tomámos a opção de apresentar perguntas a todas as pessoas, como é evidente, procurando obter os esclarecimentos que sejam possíveis. E cada um sabe de si.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado João Semedo, tem a palavra.

O Sr. João Semedo (BE): — Sr. Presidente, estou de acordo com a sua sugestão. É, aliás, a metodologia que sempre defendi, embora perceba a pressa com que a maioria está, e isso demora, pelo menos, um par de horas. Numa outra comissão de inquérito, que foi a única em que se recorreu à audição do Primeiro-Ministro por escrito, o que, na altura, a Comissão decidiu foi agrupar as perguntas por temas e não eliminar nenhuma, mesmo as que eram repetidas. Por exemplo: «Recebeu o Presidente da Portugal Telecom...?» — essa pergunta foi feita várias vezes e apareceu lá com a indicação de ser formulada por vários partidos, porque a pergunta estava formulada exatamente da mesma maneira.

Neste caso, há perguntas relativas a outros governos, há perguntas relativas aos fabricantes, há perguntas relativas à Escom, há perguntas relativas ao cônsul... Portanto, não é difícil juntar as perguntas por assunto, mas demora algum tempo. Pessoalmente, disponho-me a aceitar o arranjo que for feito pelo Sr. Presidente, se houver o compromisso de o arranjo ser feito por assunto e de não se eliminar nenhuma pergunta, porque acho que é fundamental isso ser garantido.

No entanto, se se entender que o tempo urge e que se deve mandar em grosso, também estou de acordo e não vejo nenhum inconveniente.

Em segundo lugar, queria dizer que o Bloco de Esquerda não apresentou nenhuma questão dirigida ao Sr. Eng.º António Guterres pela coerência da nossa votação. Nós considerámos que não era necessário ouvir o Engenheiro António Guterres e, como tal, não tenho nenhuma pergunta para lhe fazer.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Filipe Neto Brandão.

O Sr. Filipe Neto Brandão (PS): — Sr. Presidente, muito rapidamente, apenas para dizer que concordo com a sugestão metodológica que apresentou de agregação das perguntas e da remessa sem qualquer tratamento, o que decorre de duas naturezas, sendo a primeira a temporal. É evidente que reconheceremos, uma vez que a maioria fixou o prazo nos termos em que o fixou, que qualquer atraso pode prejudicar o sucesso da diligência, mas também porque, manifestamente, essa é a única forma de cumprir o que a lei prescreve no que diz respeito ao regime jurídico dos inquéritos parlamentares, porque se rege pelas normas aplicáveis do Código do Processo Penal e, portanto, o depoimento por escrito é uma prerrogativa do depoente e não propriamente uma possibilidade de se cercear o modo de formulação da pergunta. Portanto, só difere o meio.

Nós subscrevemos essa deliberação. É evidente que, havendo tempo, creio que não se suscitariam questões de burilar alguma redundância, mas penso que o depoente pode, ele próprio, pela ordem que entender, começar a responder e pode entender que estão prejudicadas algumas questões, remetendo para as respostas que deu. Portanto, creio que os próprios não farão a duplicação das respostas.

Respondendo ao Sr. Deputado Filipe Lobo d'Ávila, basta recordar o que se passou na reunião. Como se sabe, pela voz do próprio, foi afirmado que se o Bloco de Esquerda não requeresse o depoimento do Sr. ex-Primeiro-Ministro Durão Barroso, o próprio Deputado Filipe Lobo d'Ávila não requereria o depoimento do ex-Primeiro-Ministro António Guterres, portanto, admitindo que essa diligência seria inútil, porque se entendesse que fosse útil não dependeria, obviamente, da propositura de qualquer outro requerimento.

O Partido Socialista, coerentemente com a sua posição, fez as perguntas a quem entendeu que deve prestar esclarecimentos e, *a contrario*,

não faz perguntas a quem entende que não tem de prestar esclarecimentos porque nenhuma dúvida suscitou sobre essa matéria.

O Sr. Presidente: — Mais algum Sr. Deputado deseja intervir sobre esta matéria?

O Sr. António Prôa (PSD): — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador).*

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado António Prôa, eu sei que o Sr. Deputado está inscrito.

Sr. Deputado João Semedo, confesso-lhe que ainda não olhei para as perguntas. Soube hoje de manhã cedo, pelos serviços da Comissão, que tinham chegado todas ou praticamente todas as perguntas e disse que, logo que chegassem, fossem distribuídas para os próprios grupos poderem cruzar a informação que tinham, mas... Quer dizer, estava agora a treslê-las, mas não as li. Portanto, não sei se é fácil. De qualquer forma, posso tentar olhar para elas daqui a pouco. Se me parecer fácil, tentarei um exercício que, obviamente, não seguirá sem o consenso de todos, como é evidente. Se me parecer que o exercício não é tão simples como isso, vai exatamente nos termos em que estamos de acordo, que é correspondendo exatamente ao que cada um pediu e propôs.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Prôa.

O Sr. António Prôa (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, muito brevemente para dizer que a solução que me parece mais fácil e mais simples é, de facto, a de podermos remeter as questões identificadas pelos grupos parlamentares e, depois, deixar ao critério dos depoentes a forma

como organizarão as respostas, eventualmente recorrendo até à remissão para questões que tenham anteriormente respondido, mas eu defendo essa metodologia.

Permita-me, ainda, Sr. Presidente, duas notas breves relativamente às questões que vamos remeter.

A primeira é que acho curioso o argumento do Sr. Deputado Filipe Neto Brandão relativamente ao facto de ter endereçado questões ao Dr. Durão Barroso e não ao Eng.º António Guterres. O facto é que também não foi o PS que requereu a audição do Dr. Durão Barroso; quem a requereu foi o Bloco de Esquerda.

Portanto, com o argumento do Partido Socialista, que não tomou a iniciativa provavelmente por não considerar necessário o esclarecimento do Dr. Durão Barroso, nessa lógica e em coerência também não deveria colocar questões ao Dr. Durão Barroso, mas resolveu colocar, e muito bem.

O que francamente me parece estranho é que o Partido Socialista — de resto, também o Bloco de Esquerda e o PCP — tenha entendido desnecessário qualquer esclarecimento do Eng.º António Guterres enquanto Primeiro-Ministro, sendo que o Eng.º António Guterres foi Primeiro-Ministro e isto comprova que, de facto, não houve aqui nenhuma tentativa de *révanche* com a proposta do Bloco de Esquerda. O Eng.º António Guterres foi Primeiro-Ministro num período importante relativamente aos programas que analisámos aqui, desde logo aqueles que foram alvo de maiores considerações, os de aquisição de submarinos e de helicópteros.

Ainda assim, pelos vistos, não há qualquer entendimento quanto a ser necessário esclarecimentos do Primeiro-Ministro de então. Nós não temos esse entendimento, por isso considerámos que devíamos colocar questões também ao Eng.º António Guterres. Aliás, não posso deixar de concluir, também com uma nota, enfim, de coincidência, seguramente, de que

nenhum dos grupos parlamentares da esquerda — e isso é sintomático, não sei se premonitório, mas pelo menos sintomático — entendeu colocar nenhuma questão ao Eng.º António Guterres, talvez com o intuito de qualquer proteção que não se vislumbra, mas, enfim, isso sugiro eu.

Vozes não identificadas: — Vislumbra, vislumbra!

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, chamo só a atenção que já há consenso sobre a metodologia a seguir, portanto esse problema já está resolvido. Mas os Srs. Deputados João Semedo e Jorge Machado levantaram o braço ao mesmo tempo para usarem da palavra. Não reparei quem ganhou e não tenho *photo finish*.

O Sr. João Semedo (BE): — Sr. Presidente, vou ser muito rápido.

Sr. Deputado António Prôa, na altura em que se votou, admito que não tenha ouvido a minha intervenção ou que não tenha prestado atenção ao que eu disse, ou que aquilo que eu disse, como vulgarmente se costuma dizer, lhe entrou por um ouvido e saiu pelo outro.

Acho que há uma diferença entre a audição do Dr. Durão Barroso e a do Eng.º António Guterres. Ambos, de facto, foram Primeiros-Ministros, ambos os Governos a que presidiram intervieram nesta questão dos submarinos, mas há duas diferenças.

Em primeiro lugar, um foi o Governo que fechou a compra dos submarinos e o outro não.

Em segundo lugar — e foi isso que referi na minha intervenção e que é, para mim, uma diferença importantíssima —, é que no Governo do Dr. Durão Barroso houve membros do Governo ou de gabinetes do Governo que se relacionaram, reuniram e contactaram com cidadãos nacionais ou

estrangeiros que posteriormente foram condenados por corrupção no âmbito deste processo.

Ora, acho que isso faz toda a diferença. Não se trata de acusar ninguém e, muito menos, de proteger seja quem for. Trata-se, apenas, de reconhecer que há uma diferença. Eu não tenho nada a perguntar ao Eng.º António Guterres, porque politicamente, na altura, o Governo de que ele era Primeiro-Ministro prestou os esclarecimentos que ainda hoje, para mim, considero válidos e as opiniões que fundamentavam as decisões daquele Governo.

Há uma grande diferença, que é essa. É que houve um Governo que teve contacto com gente condenada por corrupção e outro que não teve.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Machado.

O Sr. Jorge Machado (PCP): — Sr. Presidente, para além dos argumentos aqui referidos pelo Deputado João Semedo, importa dizer o seguinte: o PCP votou a favor da audição do ex-Primeiro-Ministro António Guterres sem qualquer tipo de problema.

Na altura, até dissemos que não seríamos nunca obstáculo à audição fosse de quem fosse, partindo do pressuposto de que havia perguntas que o proponente que avançou com a audição de António Guterres tinha para lhe formular. Portanto, nós não somos obstáculo à descoberta da verdade.

A verdade é que o PCP não apresentou perguntas ao ex-Primeiro-Ministro António Guterres não para proteger o PS. Cá estaremos para tirar responsabilidades onde elas têm de ser tiradas. Na questão das contrapartidas essa questão é transversal a governos do PS e do PSD e CDS-PP e, portanto, não estamos numa perspetiva de proteção, como o Sr. Deputado insinuou.

Relativamente ao ex-Primeiro-Ministro Durão Barroso, há questões muito concretas que foram suscitadas nesta Comissão. É que, ao contrário do ex-Primeiro-Ministro António Guterres, que não foi citado por ninguém nas audições, tendo os respetivos responsáveis políticos sido ouvidos, no que diz ao Governo PSD/CDS os responsáveis políticos dos Ministérios da Defesa foram ouvidos, mas houve uma citação muito concreta do Primeiro-Ministro Durão Barroso, que foi citado num processo em que esteve presente e tendo tido reuniões com um determinado senhor, o ex-cônsul honorário de Portugal que foi condenado por corrupção.

Trata-se de uma diferença substancial daquilo que é a realidade concreta, Sr. Deputado. Portanto, justifica-se fazer perguntas muito concretas ao ex-Primeiro-Ministro Durão Barroso relativamente ao envolvimento da Escom, ao envolvimento do Grupo Espírito Santo, ao papel do cônsul honorário, quem é que o escolheu, que reuniões é que se fizeram. Esse tipo de questões é que importa apurar.

É que estamos numa perspetiva muito pragmática e não política, e percebo que o PSD utilize a audição do ex-Primeiro-Ministro António Guterres como instrumento de ataque político. Estão no vosso direito. Nós entrámos nesta Comissão de Inquérito com uma postura muito correta de perguntar o que tem de ser perguntado. E, relativamente ao ex-Primeiro-Ministro Durão Barroso, há, com certeza, muitas perguntas para colocar. O PCP apresentou as perguntas que entendeu serem de colocar ao então Primeiro-Ministro.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, estamos a debater e a rebater uma matéria que está consensualizada.

O Sr. Filipe Lobo d'Ávila (CDS-PP): — Sr. Presidente, acho que já resulta clara a posição de todos os partidos. Aliás, peço desculpa, porque fui eu que suscitei a questão, mas também não a fundamentei porque não quis prolongar muito o tempo do nosso debate.

Em todo o caso, também não quero deixar de dizer que foi com alguma surpresa que eu próprio constatei que o Partido Socialista não fazia perguntas ao Eng.º António Guterres.

E razão da surpresa é simples. É que estamos a falar do período que vai de 1996 a 2002 e o PS não faz uma única pergunta; de um período em que foi aberto o concurso dos submarinos e o PS não faz uma única pergunta; de um período em que foram escolhidos seis candidatos e o PS não faz uma única pergunta; do período em que foram escolhidos os dois finais e o PS não faz uma única pergunta; do período em que o modelo do submarino alemão foi alterado e o PS não tem perguntas a fazer; de um período em que foram assinadas pré-contrapartidas e o PS também não tem perguntas a fazer; de um período em que foi feito um financiamento dos helicópteros EH-101, que custou seis vezes mais do que o dos submarinos e o PS não tem uma única pergunta a fazer; de um período em que não foi feito um contrato de manutenção para os helicópteros EH-101, em que não havia preocupações com sobressalentes nem com nada disso e o PS, sobre isso, nem uma pergunta!

Portanto, é evidente que a surpresa tem a ver com um ponto, que é o ponto da história, e que é o seguinte: «Se não gostamos da história, então apagamo-la e não fazemos perguntas».

Mas, enfim, nós adotámos outra posição, que foi a de fazer as perguntas a todos e julgo que cada um está no seu direito de fazer as perguntas que bem entender ou mesmo de não fazer perguntas, como é

evidente, mas não deixa de ter um resultado e uma constatação política, que não queria deixar de tirar e que é a minha, evidentemente.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, penso que não tem de haver votação sobre esta matéria. Está consensualizada, pelo que podemos concluir que há um consenso, uma unanimidade sobre a metodologia que vamos seguir nesta mesma matéria. Não penso que seja necessário nenhum tipo de votação.

Informo os Srs. Deputados que entraram no decurso desta reunião três requerimentos, que foram distribuídos. Portanto, todos os Deputados terão lido esses mesmos três requerimentos.

Um requerimento é do Partido Socialista, que pede que seja aproveitada a oferta pública de colaboração — é a expressão usada pelo PS no seu requerimento — apresentada pelo Sr. Dr. Bernardo Ayala e que lhe seja solicitado o envio de notas de informação e análise sobre: alínea *a*), a controvérsia jurídica suscitada no seio da CPC (Comissão Permanente de Contrapartidas) sobre os critérios a adotar para creditar contrapartidas e pré-contrapartidas, designadamente no tocante ao VAN; alínea *b*), sobre os critérios usados para a elaboração das cláusulas contratuais que levaram a que o Estado português fosse penalizado por cada dia entre a data de assinatura do contrato e a entrada em vigor.

O Sr. Filipe Lobo d'Ávila (CDS-PP): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Filipe Lobo d'Ávila (CDS-PP): — Sr. Deputado Filipe Lobo d'Ávila, faça favor.

O Sr. Filipe Lobo d'Ávila (CDS-PP): — Sr. Presidente, atendendo que são três requerimentos relativamente simples, peço apenas para que a eventual discussão que pudéssemos ter fosse feita em conjunto, porque tenho, de facto, uma ou duas observações a fazer e gostaria, se possível, de as fazer em conjunto, até porque julgo que depois partiremos para a votação, que é simples, acho eu.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, os requerimentos têm de ser votados um a um. Se o Sr. Deputado disser «vou fazer uma intervenção em que vou dizer a minha opinião sobre todos e não voltarei a falar» é direito seu, como é evidente. Estando no uso da palavra, poupar-nos-á tempo, digo eu.

O Sr. Filipe Lobo d'Ávila (CDS-PP): — Sr. Presidente, queria...

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado Jorge Machado pediu primeiro a palavra. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Jorge Machado (PCP): — Peço desculpa, mas tenho um compromisso às 14 horas e 30 minutos, uma conferência de imprensa que ainda tenho de preparar. Portanto, com o devido pedido de desculpa a todos, manifesto o meu sentido de voto favorável a todos os requerimentos e peço para me ausentar, porque tenho meia hora para preparar essa mesma conferência de imprensa.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, o seu sentido de voto fica registado.

O Sr. Jorge Machado (PCP): — Acho que é compreensível.

O Sr. Presidente: — É compreensível e está registado.

O Sr. Jorge Machado (PCP): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Filipe Lobo d'Ávila.

O Sr. Filipe Lobo d'Ávila (CDS-PP): — Sr. Presidente, relativamente a estes requerimentos, que contemplam diferentes perspetivas e diferentes pedidos, queria dizer que, do ponto de ponto de vista do CDS, os viabilizaremos através da abstenção, mas não queria deixar de chamar a atenção para dois ou três pontos.

Quanto ao requerimento do Bloco de Esquerda, aquilo que soubemos no início destes trabalhos é que estava a decorrer uma investigação criminal sobre factos que estavam abrangidos pelos trabalhos da Comissão de Inquérito em diferentes programas, que, salvo erro, num caso, era um processo de averiguações e, no outro, um processo de inquérito.

Na altura, foi entendimento consensual de todos os grupos — se não foi consensual, foi bastante abrangente — de que não iríamos suspender os trabalhos porque não faria sentido. O que se pede é um conjunto de documentação à Procuradoria-Geral da República através do DCIAP (Departamento Central de Investigação e Ação Penal), salvo erro. Queria, apenas, dar conta de que, do nosso ponto de vista, sempre foi entendimento que não deveria haver — pelo menos, deveríamos todos ter esse entendimento — dois planos distintos: o plano da Comissão Parlamentar de Inquérito, do Parlamento, e, por outro lado, o plano da investigação

criminal, o plano da Procuradoria-Geral da República, do Ministério Público, evidentemente.

Portanto, nós procurámos sempre, mesmo que não seja esse o objetivo, que não houvesse qualquer tipo de ingerência ou intromissão de que esta Comissão pudesse ser acusada.

Queria apenas dar conta desta preocupação, porque julgo que este requerimento pode ser interpretado nesse sentido e acho que isso não seria útil. Em todo o caso, não queria deixar de dizer que não seremos nós, CDS, a votar contra e que viabilizaremos, através de uma abstenção, todos estes pedidos.

Quanto ao requerimento do Partido Socialista, queria apenas chamar a atenção para o que o PS refere na alínea *b*), salvo erro: «os critérios usados para a elaboração das cláusulas contratuais que levaram a que o Estado português fosse penalizado por cada dia entre a data de assinatura de contrato e a entrada em vigor». Queria dizer que esta alínea não corresponde à verdade. Nós já sabemos, e já foram prestados diferentes depoimentos sobre esta matéria, que não há cláusulas que penalizam o Estado português por cada dia entre a data de assinatura do contrato e a entrada em vigor; o que há é uma cláusula de atualização de preço desde o dia 1 de janeiro de 2004 até à entrada em vigor do contrato.

Isto já foi aqui amplamente tratado e discutido por diferentes depoentes, pelo que julgo resultar claro. Parece-me, portanto, que esta alínea *b*) induz em erro.

Com esta observação, também queria dizer que, do nosso ponto de vista, não haverá nada a obstar a que seja pedida a colaboração de quem quer que seja, como é evidente, e como tem sido a nossa postura nesta Comissão.

Queria só sublinhar um aspeto, ainda a propósito deste requerimento do Partido Socialista. Diz o requerimento: «Tendo em conta a oferta pública de colaboração apresentada pelo Dr. Bernardo Ayala, requer-se que lhe seja solicitado o envio de notas de informação». Percebi que havia uma disponibilidade do Dr. Bernardo Ayala para explicar, para disponibilizar o que houvesse, mas não percebi que o Dr. Bernardo Ayala iria elaborar notas de informação para os Srs. Deputados.

Fiquei com essa dúvida logo que foi feita a intervenção do Sr. Deputado José Magalhães ainda ontem, na audição do Dr. Bernardo Ayala.

Não fiquei com a ideia de que o Dr. Bernardo Ayala estava disponível para fazer notas informativas para os Srs. Deputados da Comissão, mas que estaria na disponibilidade de fornecer a documentação que existe e que possa disponibilizar.

Relativamente ao outro requerimento do Bloco de Esquerda, acho que já há uma resposta datada de 9 de setembro de 2014, em que o Ministério da Defesa Nacional informa que, para além da documentação já anteriormente remetida, não foi encontrada documentação adicional relevante, mas, em todo o caso, é apenas uma resposta que já temos relativamente a um pedido de documentação que julgo idêntica a esta.

No entanto, Sr. Deputado João Semedo, não será por nós que este requerimento não será aprovado.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Semedo.

O Sr. João Semedo (BE): — Sr. Presidente, muito rapidamente, para dizer que sobre esse requerimento do Ministério da Defesa admito que algumas coisas já cá possam estar, porque houve várias respostas do Ministério.

Seja como for, em termos práticos, até pode acontecer que estes documentos já cheguem à Comissão num tempo em que já não serão úteis. De qualquer forma, ficarão como acervo da Comissão e, portanto, acho que não se perde nada em fazer este requerimento.

Relativamente ao outro requerimento, só quero fazer um esclarecimento: nós não pedimos nada à Procuradoria-Geral da República, a não ser uma informação, porque foi-nos dito pelo Ministério da Defesa que já em 2009 esta documentação não estava no Ministério e que isso foi constatado na resposta que o Ministério deu a um pedido do DCIAP. Serve, pois, para perguntar ao Ministério Público se foram feitas algumas diligências para encontrar essa documentação, se essa documentação foi localizada e, se sim, onde está. Portanto, não há nenhuma intromissão na matéria que está em averiguação e em inquérito por parte do DCIAP.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Filipe Neto Brandão.

O Sr. Filipe Neto Brandão (PS): — Sr. Presidente, muito telegraficamente, penso que decorre das intervenções que não há objeções à aprovação do requerimento do PS. Vou só fazer dois esclarecimentos.

Relativamente à alínea *b*), creio que não haverá receio de que o Dr. Bernardo Ayala possa ser induzido em erro. Manifestamente, não me parece ser pessoa capaz de ser induzida em erro e saberá interpretar, obviamente, os termos em que está feito o requerimento.

Quanto à questão das notas de informação e análise, vou só precisar, porque tenho presente — não está aqui o Deputado José Magalhães — que o Dr. Bernardo Ayala disse que dispunha delas e que poderia, eventualmente, disponibilizá-las. Lembra-se de ter acompanhado cada

negociação de notas de informação e análise, disse que as disponibilizaria, e, portanto...

Uma voz não identificada: — Não eram um parecer?!

O Sr. Filipe Neto Brandão (PS): — Não, não! Não eram um parecer.

O Sr. Presidente: — Como mais nenhum Sr. Deputado pretende usar da palavra sobre estes requerimentos, podemos passar à sua votação.

O Sr. António Prôa (PSD): - À votação de qual requerimento, Sr. Presidente?

O Sr. Presidente: — De facto, não tinha dito. Trata-se do requerimento que pede a informação ao Dr. Bernardo Ayala.

O Sr. Filipe Lobo d'Ávila (CDS-PP): — Sr. Presidente, só queria dizer que o meu sentido de voto, quando falei em abstenção, referia-se, apenas, ao requerimento do Bloco de Esquerda dirigido à Procuradoria-Geral da República.

Quanto aos outros requerimentos, relativos a pedidos de documentação, não queria deixar de registar em ata estas notas, mas votaremos favoravelmente, como é evidente.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, vamos votar o requerimento do BE referente ao Sr. Dr. Bernardo Ayala.

Pausa.

O requerimento foi aprovado por unanimidade.

Vamos agora votar o requerimento do Bloco de Esquerda pedindo informações à Procuradoria-Geral da República sobre documentação requerida pelo DCIAP.

Pausa.

O requerimento foi aprovado, com votos favoráveis dos Deputados do PS presentes, do Sr. Deputado João Semedo e com a contabilização do voto do Sr. Deputado Jorge Machado, que não estando presente, neste momento, fundamentou e deixou a indicação de voto e a abstenção dos Srs. Deputados do PSD e do CDS-PP presentes.

Seguimos com a votação do requerimento do Bloco de Esquerda, que vai do ponto 10 ao 45 da informação que o Ministério da Defesa Nacional disse ter em arquivo.

Pausa.

O requerimento foi aprovado por unanimidade.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Semedo.

O Sr. João Semedo (BE): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero apenas colocar uma questão e clarificar outra.

A primeira é esta: não votamos o depoimento, por escrito, do Contra-Almirante Rogério de Oliveira?

O Sr. Presidente: — Em que sentido? É a mesma lógica, as perguntas serão enviadas nos mesmos termos.

Como não houve polémica sobre quem pediu, quem não pediu, quem autorizou, quem não autorizou, o Sr. Contra-Almirante... De resto, eu também cheguei a falar com ele, Sr. Deputado, até para lhe dar conta disso, e ele dizia-me: «A partir do dia 22 talvez possa, talvez esteja melhor». E eu disse-lhe: «Mas, Sr. Contra-Almirante, tem de nos dizer, porque, aparentemente, os Srs. Deputados aceitam que seja enviado por escrito e eu, neste momento, não posso» — e, efetivamente, não poderia — «marcar reuniões numa data que não sei qual é no futuro». Então, ele disse: «Então, se puder ser por escrito, agradeço».

Portanto, acho que está consensualizado que a regra é a mesma: as perguntas que chegaram são as que são enviadas.

O Sr. João Semedo (BE): — Sr. Presidente, desculpe, mas não percebi. Julguei que tínhamos só tratado do Dr. Durão Barroso e do Eng.º António Guterres...

O Sr. Presidente: — Não, o que chegou é enviado nos mesmos termos.

O Sr. João Semedo (BE): — Quanto à outra questão, trata-se somente de uma clarificação.

Ao decidirmos a data de fecho desta Comissão no dia 8 de outubro que proposta é que aprovámos? É porque, depois, acabei por não perceber. Foi a proposta da maioria, não é verdade?

Vozes não identificadas.

Mas qual é o inciso apresentado pelo PS?

O Sr. Presidente: — É dia 8. Ou seja, houve três versões sobre esta matéria.

O Sr. João Semedo (BE): — Então, já percebi.

O Sr. Presidente: — Houve a versão ponto 1, versão ponto 2 e versão ponto 3.

Na versão ponto 1, a maioria propunha dia 7. Entretanto, apurou-se não ser possível por causa das jornadas parlamentares do PCP e a maioria recuou para o dia 3. Durante a discussão, o Partido Socialista formalizou, por escrito, uma proposta para o dia 8, que a maioria aceitou, tendo sido aprovado o dia 8.

O Sr. João Semedo (BE): — Julguei que a maioria tinha assumido o dia 8 como sua proposta.

O Sr. Presidente: — Sim, sim!

O Sr. João Semedo (BE): — Mas não é a sua proposta.

O Sr. Presidente: — Mas assumiu-a.

O Sr. Filipe Neto Brandão (PS): — Sr. Presidente, se me dá licença, gostaria de acrescentar dois pontos a essa cronologia, que está correta mas incompleta. O PS sugeriu a realização de uma reunião de Mesa e de

coordenadores para se encontrar uma data que acomodasse as diligências em curso, a maioria inviabilizou exigindo a votação e, portanto, esta data foi aprovada com os votos da maioria e a abstenção do Partido Socialista.

O Sr. Presidente: — Está corretíssimo. Não sabemos é se foi antes ou se foi depois, mas esse já é um detalhe.

Srs. Deputados, está encerrada a reunião.

Eram 14 horas e 5 minutos.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL.